

Subvertendo a gramática e outras crônicas socioambientais

MÁRCIO SANTILLI



SOCIOAMBIENTAL

Subvertendo a gramática e outras crônicas socioambientais





Subvertendo a gramática e outras crônicas socioambientais

MÁRCIO SANTILLI

2019



Todos os direitos desta edição reservados ao

Instituto Socioambiental

Av. Higienópolis 901 01238-001 São Paulo SP Brasil

Fone: (11) 3515.8900 Fax: (11) 3515.8904

isa@socioambiental.org www.socioambiental.org

O Instituto Socioambiental (ISA) é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcante na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país.

Conselho Diretor: Deborah Lima (presidente), Marina Kahn (vice-presidente), Beto Ricardo e Leão Serva

Secretário Executivo: André Villas-Bôas

CGE - Conselho de Gestão Estratégica: André Villas-Bôas, Beto Ricardo, Deborah Lima, Leão Serva, Marina Kahn, Adriana Ramos, Biviany Rojas Garzón, Bruno Weis, Fábio Endo, Fany Ricardo, Jurandir M. Craveiro Jr., Marcio Santilli, Marcos Wesley, Raquel Pasinato, Rodrigo Junqueira, Silvia de Melo Futada

Coordenação editorial: Beto Ricardo

Preparação dos textos e revisão: Oswaldo Braga de Souza

Revisão: Juliana El Afioni

Pesquisa e tratamento de fotos: Claudio Tavares

Design e produção gráfica: Roberto Strauss (www.robertostraus.com.br)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santilli, Márcio
Subvertendo a gramática e outras crônicas
socioambientais / Márcio Santilli. -- São Paulo : Institu-
to Socioambiental, 2019.

1. Direitos indígenas 2. Índios da América do Sul
- Relações com o governo 3. Povos indígenas 4. Povos
indígenas - Brasil 5. Povos indígenas - Brasil - Posse da
terra I. Título.

19-31667

CDD-306.08998

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Política indigenista : Povos indígenas : Socioam-
biental 306.08998

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427



Sumário

Prefácio de Carlos Marés	09
A direita e os índios	13
O fantasma dos aldeamentos indígenas extintos.....	18
Krenak de cara preta	21
Por baixo da terra.....	25
Altamira 1989: entre a guerra e a trégua.....	27
Subvertendo a gramática e outras histórias	32
Requerimentos “branca de neve” esperam o beijo do “príncipe” Jucá.....	36
Pactos demarcatórios mudam o mapa da “Cabeça do Cachorro”	39
Asfalto na selva.....	44
O “Trotskista”	54
Xavantada maçônica.....	67
A Raposa e os Renans.....	72
O Grande Acre.....	76
Clima, florestas e pimentas indianas.....	82
A boa notícia	92
Juruna devolveu a grana do Maluf	95
O Encontro de Canarana.....	103
A arrogância que cega.....	113

O fenômeno socioambiental

PREFÁCIO DE CARLOS MARÉS

Carlos Frederico Marés de Souza Filho é Professor Titular de Direito da PUCPR. Diretor técnico do NDI (Núcleo de Direitos Indígenas). Sócio-fundador do ISA, do qual foi presidente (1994/1998). Presidente da Funai (1999/2000).

Socioambiental! Que outro nome poderia ter sido criado para designar o fenômeno da convivência íntima entre sociedades humanas e natureza? O fenômeno quase não precisaria de palavras para o designar. É a própria vida. Em todas as partes do planeta, e em todos os tempos, as sociedades humanas viveram na, da e com a natureza, porque singelamente são natureza. A modernidade, porém, com sua múltipla divisão de subjetividades e objetividades, com suas infinitas categorias e métodos, isolou a sociedade humana, imaginando uma única sociedade de indivíduos, cada vez menos solidários, menos fraternos, menos coletivos e distantes da natureza, superiores à natureza. Com um só golpe expulsou a natureza do convívio humano e desconsiderou as sociedades e povos que com ela conviviam e convivem.

A exclusão da natureza pela modernidade ignorou as sociedades fraternas e ocultou o fenômeno. Mas ele continuou lá. Muito especialmente na América Latina. A resistência dos povos indígenas por cinco séculos sempre se fez reivindicando continuar sendo sociedades fraternas, coletivas e associadas à natureza, à categoria moderna de “território”, que nada mais

é do que a parte específica do planeta em que se vive. Não existem sociedades que possam viver sem um lugar e que não interfiram no lugar e não sejam por ele afetadas. As sociedades compartilham e vivem com a natureza, que compõe outra categoria da contemporaneidade, o ambiente.

As pessoas que viviam, compreendiam, admiravam e estudavam esses povos atendiam pelo nome de indígenas e trabalhavam com categorias como sociedades, povos, comunidades e seus respectivos territórios. Era claro que viam o fenômeno, mas era tão claro que nem precisava ser revelado. O direito de um povo existir implica o direito ao território, ou ao seu ambiente.

Um dia, outras pessoas imersas na hegemonia da modernidade se deram conta que a natureza estava sofrendo, expulsando, submetida a uma lógica de transformação impiedosa e que isso poderia levar à destruição da própria sociedade. Afinal, destruir a natureza tem como corolário destruir a humanidade! Passaram, então, a se preocupar com os elementos externos à sociedade humana, e chamaram isso de meio ambiente. Para protegê-lo, imaginaram que teriam de declarar guerra aos seres humanos, mesmo aqueles que conviviam com a natureza e se sentiam parte dela, misturados e integrados ao seu ambiente natural. Formou-se uma dicotomia: gente de um lado, natureza de outro. Uma falsa dicotomia, distante do fenômeno.

Mas quem olhava as gentes vivendo na natureza, com a natureza, a partir da sociedade excludente, começou a entender o fenômeno. Não se tratava de uma dicotomia, mas de uma totalidade. Algo cristalino quando se olhava os povos indígenas, quando se defendia seus direitos, porque era impensável essa defesa sem que se compreendesse o território original onde o fenômeno

se dava. Expulsos de seu território, a luta desses povos concentrava-se em recuperá-lo. Este é o fenômeno.

Então, os ambientalistas que haviam entendido os malefícios da expulsão da natureza foram chamados a olhar o fenômeno e, junto com os indigenistas, a dar-lhe um nome. Que outra palavra poderia o designar? Ecosocial? Biocultural? Socionatural? Biossocial? Não! Socioambiental foi a palavra. Socioambiental, uma só palavra, como um neologismo para designar uma coisa tão antiga que nem nome precisava ter. Mas sócio remete a sociedades, mas muito mais às organizações e situações dentro da sociedade hegemônica, moderna. O neologismo refere-se às sociedades fraternas, tradicionais, não hegemônicas. A categoria moderna de meio ambiente refere-se à natureza fora da sociedade humana, mas que precisa ser incluída, conservada, mesmo quando alterada, como o meio ambiente artificial ou cultural.

Por isso precisava ficar claro que não se tratava apenas da junção de duas palavras, mas da criação de uma nova que expressasse o fenômeno. Por isso era necessário subverter a gramática, na feliz expressão de Márcio Santilli. Mas não só a gramática, muitas outras categorias, como se vê nas páginas seguintes. Aliás, Márcio foi um dos primeiros e que mais profundamente compreendeu que o fenômeno precisava ter um nome porque refletia uma realidade dos povos e uma necessidade da modernidade adoecida por sua negação. Foi um precursor e, embora o nome tenha sido criação coletiva como sempre ocorre com as coisas boas, ele teve participação importante e estas suas crônicas a revelam, demonstram e provam.

Curitiba, novembro de 2019.



A direita e os índios

Assim como muitos de vocês, também sofro, há décadas, com a precariedade a que foi reduzida a histórica dicotomia entre esquerda e direita. Para não ficar patinando nesse mangue conceitual, vou começar essa conversa por uma pessoa acima de qualquer suspeita. Jarbas Passarinho foi um coronel do Exército que se tornou um destacado político da segunda metade do século passado e ocupou diversos ministérios durante o regime militar e a transição para a democracia, sempre se assumindo, sem ambiguidades, como um homem de direita.

Aprendi a odiá-lo desde menino. Ele apoiava a ditadura que roubava a minha juventude. Protagonizou a edição do Decreto-Lei nº 477, que espalhava o obscurantismo e a repressão pelas escolas e universidades. Foi ele quem anunciou, em 1976, a cassação dos mandatos (que acabou não ocorrendo) de meu pai e de outros dois deputados de esquerda que resistiram com os professores e estudantes a uma invasão policial na Universidade de Brasília (UnB).

Quando o conheci pessoalmente, ele integrava a bancada do “Centrão” – a frente parlamentar conservadora que atuou na Assembleia Nacional Constituinte –

numa Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para criminalizar os direitos constitucionais dos índios.

Fiquei surpreso e confuso quando o Júlio Gaiger, então assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e depois meu sucessor na presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai), transmitiu-me uma recomendação de dom Erwin Kräutler, bispo de Altamira (PA) e então presidente do Cimi, para procurarmos o então senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) a fim de discutirmos o texto do futuro “Capítulo Dos Índios” na Constituição de 1988. Ele sacou o jogo baixo contra os indígenas na tal CPI e manifestou ao bispo, numa missa rezada em memória da sua falecida esposa, disposição em ajudar a reparar o dano causado àqueles direitos devido ao tratamento recebido.

Foi uma longa e dura conversa, que teve como ponto de partida o texto aprovado pela Comissão da Ordem Social da Constituinte, já que o que constava do primeiro Projeto de Constituição havia sido deturpado pelo relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), e precisava ser melhorado. Passarinho questionou cada palavra, riscando todas as expressões que lhe soavam ambíguas ou das quais discordava. Preservou, com uma nova redação, o dispositivo da Constituição outorgada pelos militares, em 1966, que estabelece a nulidade dos títulos de propriedade incidentes sobre terras indígenas.

Foi Passarinho quem inventou o conceito de “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”, consagrado na Constituição de 1988. Rolava um embate entre as expressões “terras ocupadas”, preferida pelos indigenistas, e “terras permanentemente ocupadas”, adotada pelos que queriam um conceito mais restritivo e colonial. A ambiguidade da palavra “tradicionalmente” foi um ovo de Colombo, admitin-

do uma leitura antropológica – “conforme a tradição” – e outra cronológica – “por tempo suficiente para serem tradicionais”.

Depois de chegar a um texto satisfatório (e bem parecido com o que foi promulgado), Passarinho se propôs a apresentá-lo como emenda e defendê-lo com unhas e dentes. No final da conversa, ainda saiu com essa: “meus amigos me dizem que vocês conspiram contra a soberania nacional. O que vocês têm a dizer sobre isso?” Respondi que “interessa ao Brasil superar o passivo histórico na relação com os índios e este é o momento”. Ele concordou.

Passarinho não foi apenas o cara-chave na formulação constitucional. Como ministro da Justiça do ex-presidente Collor, formulou também o Decreto nº 22/1991, que destravou a demarcação das terras indígenas, e outros quatro, que estabeleceram competências de vários ministérios em relação às demandas indígenas, desenhando uma política indigenista pós-tutelar. Foi ele, também, que superou a objeção militar e viabilizou a demarcação da Terra Indígena Yanomami (RR/AM), que Collor faturou altamente durante uma conferência de cúpula da ONU no Rio de Janeiro, a Eco-92.

Da direita, não foi só Passarinho que deu contribuições positivas para os direitos dos índios. Fernando Collor foi campeão em decretos de homologação. Mas destaque, principalmente, o deputado Alcení Guerra (PFL-PR), autor do primeiro relatório sobre os direitos indígenas e de outras minorias na Constituinte, apoiado por gentes de posições tão diversas como as das deputadas Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ).

Os arautos atuais da direita, que se dedicam a destruir o texto constitucional sobre direitos indígenas, precisam aprender que ele emanou mais de seu cam-

po ideológico do que da esquerda, inclusive a previsão de nulidade de títulos de propriedade incidentes sobre os territórios indígenas. Um projeto de país, mesmo de direita, supõe a coexistência, o que o patrimonialismo corporativista prefere não entender.

Até acho que se aplica bem ao nosso sistema partidário aquela ideia dos “50 tons de cinza”, mas o foco aqui é a direita assumida, e não a direita que se diz de esquerda ou de centro. Jair Bolsonaro encarna o primeiro projeto de poder da direita desde a redemocratização. Opõe-se aos direitos de minorias – índios, quilombolas, homossexuais – e de majorias – mulheres, pobres e não brancos. Na campanha, Bolsonaro disse que, uma vez eleito, não demarcaria “nem mais um centímetro” de terras indígenas. Depois, corrigiu-se: “nem mais um milímetro” desses territórios seriam oficializados em seu governo.

Para acabar com as terras indígenas, vai precisar de um exército de grileiros (ladrões de terras públicas), já que garimpeiros e madeireiros poderiam ajudar a destruí-las, mas é próprio do negócio deles extrair o que interessa e cair fora. O resultado provável da invasão desejada seria a liberação de bilhões de toneladas de CO₂ na atmosfera e a transferência dos estoques de recursos naturais, ou do seu valor monetário, para terceiros interessados.

Essa proposta mostra que Bolsonaro teve um projeto agressivo e populista de campanha, mas não tem um projeto de governo. E revela que a direita também perdeu a memória e degenerou-se ideologicamente nos últimos anos. Deve ser por essas e outras que a candidatura dele foi rejeitada por parte da alta hierarquia militar. Ele não perderia nada se tivesse a humildade de se aproximar da sabedoria do outro e resgatar

a memória da sua própria vertente ideológica, o que eu também recomendo aos demais 49 tons da direita.

Há quem acredite que os índios são de direita porque mantêm costumes rígidos e pertencem a sociedades “pré-históricas”. Mas também há gente que os considera de esquerda porque o peso da diferença cultural costuma balançar as estruturas vigentes. Sou testemunha da inconstância da alma selvagem de que fala o Eduardo Viveiros de Castro.

O fantasma dos aldeamentos indígenas extintos

Você já viu um “aldeamento indígena extinto”? Pois bem, preste atenção porque você pode estar em cima de um. Como você, eu sempre soube que povos inteiros foram extintos, de modo que “aldeamento” parece até pouco. Mas só fui apresentado a essa figura jurídica durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Constava do primeiro Projeto de Constituição um inciso que incluía entre os bens dos estados as áreas pertencentes aos antigos aldeamentos indígenas extintos. Ele foi incluído por sugestão do senador Mário Covas (então PMDB-SP) com a intenção de resolver uma pendência judicial que impedia a regularização fundiária de uma extensa área situada na zona leste do município de São Paulo. A expectativa dele era que o estado pudesse titulá-la em favor dos seus ocupantes na época, viabilizando a implantação de serviços públicos e a cobrança de IPTU.

Melhor seria se o Covas tivesse plantado um dispositivo específico entre as disposições constitucionais transitórias. A inscrição da figura dos aldeamentos extintos de forma genérica e no corpo permanente de uma nova Constituição causava estranheza a todos e rejeição por parte de quem acompanhava o tratamento

dado aos direitos constitucionais dos índios. Isso por que a primeira constituição republicana (1892) continha essa mesma formulação que, depois, foi usada para promover a extinção de aldeamentos e viabilizar a titulação das terras.

Os índios e os seus apoiadores manifestaram essa preocupação para o senador, que esclareceu os seus motivos e se dispôs a apresentar uma emenda durante a votação em primeiro turno do Projeto de Constituição, no plenário da Constituinte, para restringir ao estado de São Paulo a efetividade daquele inciso. Porém, na hora da votação, quando o Covas encaminhou da tribuna o voto favorável à emenda, rolou uma total confusão de entendimento por parte de constituintes do Norte e do Nordeste, que a interpretaram como pretendendo resolver apenas o “problema” de São Paulo, deixando o resto do país sem solução. E a emenda foi rejeitada.

Concluída a votação em primeiro turno, o Projeto de Constituição dispunha de um “Capítulo Dos Índios” e de vários outros dispositivos constitucionais específicos e de sentido positivo inseridos em outros capítulos. E ficou também com o tal inciso. No segundo turno de votação, não cabiam emendas aditivas ou substitutivas que inserissem novos textos no Projeto de Constituição, só sendo possíveis emendas supressivas ou de redação. Mas não seria fácil convencer a maioria a suprimir qualquer texto já aprovado em primeiro turno, menos ainda em se tratando de uma questão exotérica como os aldeamentos indígenas extintos.

Pessoas e organizações envolvidas no processo constituinte não dispunham de informações sobre quais seriam e onde estariam outros casos de aldeamentos extintos, além daquele de São Paulo. Assim, ficava difícil convencer os constituintes da inadequação

daquela formulação genérica. Foi a antropóloga Rita Heloísa de Almeida, da Universidade de Brasília (UnB), que me ajudou a construir uma lista com dezenas de municípios, de vários estados, originados de aldeamentos indígenas extintos.

A lista ficou pronta com as votações do segundo turno já iniciadas. Uma emenda para suprimir aquele inciso havia sido apresentada e logo seria votada, mas não convinha que o encaminhamento da sua votação fosse feito por algum constituinte paulista, para evitar a repetição do equívoco regionalista do primeiro turno. Recorri ao senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), já em plenário, e mostrei que a permanência no texto constitucional daquele dispositivo implicaria a desapropriação total ou parcial de vários municípios. Brinquei dizendo que o terreno da casa dele em Belém passaria a pertencer ao estado do Pará.

Passarinho leu e releu o texto do inciso, arregalou os olhos e subiu à mesa diretora para se inscrever. Encaminhou a votação da emenda supressiva, explicando calmamente a aberração, que foi suprimida por unanimidade. Mas o fantasma dos aldeamentos indígenas extintos continua sob os vossos pés, podendo ressurgir a qualquer tempo, até que o Brasil resgate de vez a dívida histórica contraída com os primeiros habitantes da terra.

Krenak da cara preta

Quando se lê, hoje, a Constituição de 1988, pode-se ter a impressão de que ela seja uma construção racional e coerente do ordenamento jurídico brasileiro. Quanto aos julgamentos do Supremo Tribunal Federal (STF), a quem compete interpretá-la em última instância, fica-se com a impressão de que uma lógica inquebrantável amarra aquelas escrituras, mesmo quando os seus ministros divergem e polemizam sobre elas. Na verdade, pode-se dizer que o mundo jurídico esforça-se para abolir as idas e vindas do texto constitucional, que são mais expressões da política do que de qualquer lógica jurídica ou filosófica.

Assim foram tratados, também, os direitos dos índios durante a Assembleia Nacional Constituinte. No início dos trabalhos, houve grande convergência de opiniões e esforços para garantir uma formulação de boa-fé para esses direitos e os de outras minorias. Até que uma campanha movida por interesses obscuros acusou os índios e seus apoiadores de tentarem instituir um padrão de direitos incompatíveis com a soberania do país, lançando uma nuvem de suspeitas sobre o seu tratamento.

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator do primeiro Projeto de Constituição, aproveitou as de-

núncias para alterar a lógica positiva que vinha sendo construída e introduzir os conceitos de “aculturação”, prevendo que os índios devem deixar de ser índios, e de “posse permanente”, como forma de restringir o reconhecimento dos direitos territoriais dos índios às situações em que fosse comprovada a presença deles nas terras desde o tempo do outro Cabral.

Cabral 2, o relator, não barbarizou apenas os direitos dos índios e acabou lesando outras partes do Projeto de Constituição, tornando imperativo substituí-lo para que a Constituinte pudesse chegar a bom termo. Quanto aos índios, foi necessária uma série de esforços para repor o sentido positivo no tratamento de seus direitos. Eles próprios puxaram essa reação.

Registre-se que, naquele tempo, o movimento indígena era formado principalmente por lideranças tradicionais. A maioria sequer dominava o português e tinha apenas a Fundação Nacional do Índio (Funai) como referência sobre a organização do Estado brasileiro, além das figuras pessoais de presidentes e de alguns ministros. Para eles, a Constituinte foi o descobrimento do Congresso Nacional. Havia, então, uma única organização indígena – a União das Nações Indígenas (UNI) – que reunia jovens de várias etnias que conheciam melhor o português e as manhas da nossa sociedade.

A UNI liderou a proposição e a coleta de mais de 30 mil assinaturas a favor de uma emenda de iniciativa popular que respaldava o texto construído no início do processo e, depois, distorcido pelo relator. O regimento da Constituinte previa a possibilidade dessas emendas e da sua defesa em plenário. A proposta da UNI foi defendida por seu coordenador, Aílton Krenak.

No dia da defesa da emenda, o Aílton me ligou bem cedo de São Paulo. Ele estava com o Beto Ricardo,

do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), e me perguntava se seria possível, em vez de falar, protagonizar uma cena no plenário da Constituinte. Estavam tramando algo que não queriam dizer pelo telefone e eu fiquei de pegá-lo no aeroporto de Brasília para discutirmos o assunto.

Ele queria subir na tribuna e pintar a cara de preto, sem dizer nada. Só que os registros oficiais das sessões e pronunciamentos no Congresso eram feitos por meio de gravações, posteriormente transcritas para publicação no Diário do Congresso. Uma performance sem palavras seria captada pelas TVs, mas ficaria sem registro formal. O Aílton teria que falar alguma coisa enquanto se pintava. Nem importaria muito o quê seria dito, mas seria preciso dizer algo.

Ele também não dispunha de trajes tradicionais e, muito menos, de terno e gravata, como se exige para acessar o plenário e a tribuna. Emprestei a ele uma gravata e um paletó branco, para contrastar com a pintura do rosto. Na falta de urucum, fomos de gabinete em gabinete pedindo às secretárias parlamentares a doação daquela tintura preta usada pelas mulheres nos cílios e sobrancelhas. Enchemos um potinho e o colocamos, aberto, sem derramar a tinta, no bolso do paletó.

Krenak deu um show na tribuna da Constituinte! Havia poucos parlamentares em plenário, mas ele ficou cheio de jornalistas, cinegrafistas e curiosos. Nem me lembro do que falou, mas a cena dele se pintando de preto e encarando a Nação foi um grito de guerra que correu o mundo, denunciando que os direitos dos índios estavam sendo maltratados. E o texto da emenda, produto dos constituintes, deixava claro que o Brasil poderia fazer melhor, se quisesse.

Outras ações e articulações seguiram nesse sentido e, quando os líderes dos partidos se reuniram para definir o texto do “Capítulo Dos Índios”, adotaram o parâmetro conceitual da emenda popular, em vez do projeto cabralino de Constituição. O Brasil e os índios ganharam com o recado do Aílton. Só eu que perdi um paletó branco, que ficou imprestável, manchado de preto.

Por baixo da terra

Os direitos indígenas estão inscritos no “Capítulo Dos Índios” e em mais de uma dezena de dispositivos específicos constantes de outras partes da Constituição. Todos esses textos constitucionais resultaram de negociações e foram aprovados, por consenso, pela quase totalidade dos constituintes, exceto o inciso XVI do Artigo 49, que inclui entre as competências exclusivas do Congresso Nacional “autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais”.

As empresas de mineração, lideradas pela companhia Paranapanema, vinham tendo um notável protagonismo na Assembleia Nacional Constituinte, instituindo, temporariamente, até uma reserva de mercado para a mineração no país.

Acostumadas ao direito de prioridade, que lhes garante a pesquisa e a lavra como decorrências da mera formalização de um requerimento, elas insurgiram-se contra o consenso dos líderes partidários, que havia incluído aquele inciso no Projeto de Constituição e decidiram promover uma emenda para suprimi-lo em votação no plenário.

Bem que o Beto Ricardo, então coordenador do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e

que depois liderou a fundação do Instituto Socioambiental (ISA), vinha advertindo, desde o início da Constituinte, que a intensidade dos interesses minerários prometia suscitar uma disputa ainda maior pelo subsolo das terras indígenas do que pelas riquezas da superfície.

O Cedi tinha, então, concluído o cruzamento dos bancos de dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e da Fundação Nacional do Índio (Funai), constatando a incidência de milhares de requerimentos de pesquisa – e até de alguns alvarás de lavra – em terras indígenas da Amazônia Legal brasileira. Desse levantamento resultaram listagens e um mapa, impressionante, representando o volume de interesses minerários sobre essas terras.

Quando a emenda supressiva das mineradoras entrou na pauta do plenário, constituintes favoráveis aos direitos indígenas encaminharam a votação contra ela apresentando uma versão gigante daquele mapa. O discurso dos representantes das mineradoras ancorava-se no suposto interesse nacional, mas o mapa revelava uma pródiga e concorrencial presença de interesses privados naquela disputa. A emenda acabou rejeitada por 370 votos.

Foi um episódio emblemático de como o uso oportuno de boa informação pode reverter uma correlação desfavorável de forças, em tempo político real e a favor dos direitos de minorias.

As empresas de mineração estavam por cima da carne-seca, acumulando vitórias na Constituinte, mas tiveram de engolir aquela derrota. A verdade, porém, é que nunca a aceitaram. Consideram até hoje a necessidade de autorização prévia do Congresso para minerar em terras indígenas um fator de insegurança jurídica insuportável. Talvez seja por isso que as condições específicas para a realização dessa atividade, previstas na Constituição, nunca tenham sido regulamentadas em lei.

Altamira 1989: entre a guerra e a trégua

O povo Mbemgokrê, conhecido como Kaiapó, teve presença marcante nas mobilizações indígenas do período de elaboração da Constituição de 1988. Numa das suas idas e vindas, tiveram conhecimento de um mapa da Eletronorte com as áreas que seriam inundadas para a pretendida implantação de um sistema de usinas hidrelétricas no Rio Xingu, transformando-o numa sucessão de lagos desde a Volta Grande, no Baixo Xingu (PA), chegando a inundar até uma parte do Parque Indígena do Xingu (MT). Pelo caminho, seriam alagados milhares de hectares das terras kaiapó.

Os Mbemgokrê ficaram pasmos com a cara de pau da Eletronorte. Durante muitos anos, eles autorizaram e ajudaram na realização de estudos técnicos sobre o comportamento do rio ao longo dos seus territórios, mas nunca ninguém falou em barragens. Além disso, a Eletronorte deu o nome de Kararaô à primeira usina do sistema, que significa um grito de guerra na língua dos índios. Eles perceberam que estavam sendo enganados e insultados, além de estarem sob a ameaça de alagamento. Então, todos os chefes se reuniram na aldeia Gorotire, com assessores, inclusive o Beto Ricardo, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), e

convocaram os seus apoiadores no Brasil e no exterior para uma grande reunião, em Altamira (PA), com o intuito de protestar contra as usinas.

A convocação dos índios provocou uma reação imediata na região. Políticos e empresários de Altamira e vizinhança viam Kararaô como uma verdadeira redenção econômica. Entenderam a convocação de manifestações contrárias, dentro da sua própria cidade, como invasão iminente e ruidosa provocação. Alegaram que as terras dos Kaiapó não seriam afetadas pelo primeiro lago – embora várias aldeias estejam no extenso município de Altamira – dizendo-se dispostos a impedir, na marra, a realização daquele encontro.

Eu era, então, o secretário-executivo do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), organização criada com a promulgação da nova Constituição. Paulinho Paiakan, que liderou a mobilização dos Kaiapó durante a Constituinte, foi um dos seus fundadores. Antes mesmo que a organização tivesse uma equipe e um escritório, fui convocado para tentar conter a fúria dos empresários e políticos de Altamira e convencê-los a aceitar a realização do encontro.

O prefeito de Altamira era Domingos Juvenil (PMDB), que voltaria a ocupar o cargo outras vezes. Fomos colegas de bancada na Câmara dos Deputados, entre 1983 e 1986. Ele me recebeu, a meu pedido, no apartamento em que residia em Belém, de uma forma muito cordial, própria da sua pessoa, mas, quando entramos no assunto, protestou com veemência contra a reunião, disse que seus organizadores sequer informaram a prefeitura e as “forças vivas” locais, defendendo Kararaô como a “única esperança para Altamira sair do abandono”. E lamentou que eu, “uma pessoa educada”, estivesse participando da “afrenta”.

Expliquei que a iniciativa do encontro era dos índios e que eles tinham motivos para não querer a transformação do Xingu numa sucessão de lagos. Mas que, de qualquer forma, eu não tinha autoridade para cancelar ou adiar o encontro, conforme ele pretendia. Informei-o que os índios já tinham mobilizado outras etnias, organizações da sociedade civil, jornalistas, autoridades e representantes de entidades de vários países, que muitos já estavam a caminho, inclusive os índios, que desciam o Xingu de barco rumo à cidade.

– “Isso vai virar guerra”, reagiu o Juvenil.

– “Você precisa zelar para que a imagem de Altamira não fique suja de sangue”, ponderei. “Vocês também têm o que ganhar com a realização do encontro”.

Eram tempos de hiperinflação. Quem tinha juízo e acesso, punha o seu dinheiro no “overnight”, modalidade de aplicação financeira com liquidez que as pessoas usavam até para preservar o salário de virar sorvete durante o mês. O mercado de câmbio também era uma loucura: tinha uma cotação oficial totalmente subestimada, mas todo mundo comercializava a moeda pelo valor real no câmbio negro.

– “Ganhar o quê?”, ele questionou.

– “Dólares”, resumi. “Chegarão a Altamira centenas de pessoas, grande parte do exterior, vão lotar hotéis e restaurantes, fazer compras, utilizar aeroporto, táxis e lotações, visitar lugares, passear pelo Xingu. Se elas souberem que só existe o câmbio oficial na cidade, vão trocar dinheiro antes de chegar aqui. Melhor do que organizar um massacre é criar condições para que Altamira se beneficie desse movimento econômico, em vez de outros lugares”, concluí.

– “Com certeza!” exclamou Juvenil, que percebeu, no ato, uma significativa oportunidade. E emen-

dou: “Vou para Altamira conversar com o pessoal e volto a te contatar”.

No dia seguinte, me ligou dizendo que “o pessoal” queria conversar. Peguei um avião e fui até lá. Rolou uma concorrida reunião e as “forças” estavam, mesmo, bem “vivas”. Deixaram claro o interesse cambial, mas também queriam algum ganho político, já que estaríamos detonando o projeto de desenvolvimento deles, o que não poderiam assistir passivamente.

A programação do encontro estendia-se por toda uma semana. Sugeri, então, *ad referendum* dos índios, alterá-la a fim de liberar a quarta-feira para que os regionais também pudessem fazer a sua manifestação. Eles seriam convidados a assistir aos demais eventos do encontro e convidariam os índios e demais presentes para assistirem à manifestação deles. Como a imprensa estaria por conta, teriam a mesma cobertura para expressar a sua posição.

As partes aceitaram o acordo e tudo correu conforme o previsto. Não houve guerra e a “pax negra” funcionou perfeitamente, apesar do susto que a índia Tuíra Kayapó deu em um dos diretores da Eletronorte na época, José Antônio Muniz Lopes (mais tarde, presidente da empresa), encostando um facão em seu rosto para expressar a rejeição à usina por seu povo, produzindo uma imagem que resumiu o evento e correu o mundo todo.

A Eletronorte trocou o nome Kararaô por Belo Monte, mas teve que esperar 22 anos pelo início da obra. Alterou o projeto de engenharia para diminuir o lago, mas seguiu provocando fortes reações. Belo Monte proporcionou um festival de corrupção e os seus protagonistas estão profundamente enrolados na Operação Lava Jato, iniciada em 2014. Altamira ficou

inchada, muita gente foi removida e os impactos ambientais na Volta Grande estão determinando alterações irreversíveis nas formas de vida dos índios e dos pescadores da região.

A Eletronorte nem fala mais das outras usinas projetadas para o Xingu, mas já ataca o Tapajós!

Subvertendo a gramática e outras histórias

Texto originalmente publicado no site do ISA, em 21 de abril de 2017: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/subvertendo-a-gramatica-e-outras-historias>.

Para os que fundaram o ISA 25 anos atrás, em abril de 1994, a democracia foi um dos pressupostos da organização. Após mais de duas décadas de ditadura, incluindo a tal “abertura lenta, segura e gradual”, e uma de redemocratização, estávamos todos ávidos por construir um instrumento novo e mais abrangente de atuação no âmbito da sociedade civil organizada e em organização. Acreditávamos que se a democratização prosperasse de forma substantiva – e fazer com que isso acontecesse seria uma das nossas missões – um tal instrumento de nova geração poderia também prosperar.

O outro pressuposto foi o de que a generosa base de recursos naturais do país, associada à diversidade das suas gentes, indicava um caminho bem mais interessante para a reconstrução do Brasil do que os modelos de desenvolvimento vigentes, já bastante cambaleantes. Para alguns de nós, essa seria uma boa hipótese e, para outros, o único caminho à vista.

Éramos, então, umas 40 pessoas reunidas na Fazenda da Serra, em Itatiaia (RJ), durante três dias. Era ali que o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) costumava realizar suas assembleias

anuais, a meio caminho entre São Paulo e Rio de Janeiro, onde ficavam seus escritórios. Após 20 anos de criação, o Cedi havia decidido encerrar as atividades e se propôs a gerar até cinco novas organizações, decorrentes dos seus antigos programas, disponibilizando recursos, acervos e relações acumuladas, inclusive com agências de financiamento, para a sua constituição. Daqueles cinco projetos, três foram viabilizados: o ISA, a Ação Educativa e a Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço.

Além dos egressos do Cedi, lá estavam militantes da SOS Mata Atlântica, do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) e outras pessoas desse campo político. A convivência durante a Conferência Rio-92 – primeira grande reunião de chefes de Estado para aprovação das principais convenções internacionais sobre o meio ambiente – havia aproximado esses grupos e suas agendas. Todos experimentavam a necessidade de superação das suas experiências institucionais anteriores.

Mais que um nome, um conceito

Criar uma nova organização era consenso. A abordagem da questão ambiental no cenário de uma sociedade carente e com novos atores emergentes – já funcionava, por exemplo, a Aliança dos Povos da Floresta – reclamava um modelo próprio, comprometido com as transformações sociais desejadas pelos povos do sul e diferente do ambientalismo conservacionista do “andar de cima” do planeta. Daí que a designação de “instituto”, apesar da carece da palavra, foi reconhecida como sendo mais representativa da vontade coletiva do que, por exemplo, uma mera “associação”, e com um sentido mais afirmativo do que “centro”, “núcleo” ou “fundação”.

O desejo difuso daquelas 40 pessoas era o de encontrar um nome leve, que fosse “simpatiquinho” e de fácil

apreensão pelas pessoas em geral, induzindo-as a perceber a junção dos campos “social” e “ambiental” e a identificar-se com ela. Debates durante dias em busca de um nome, sem que chegássemos a algo criativo ou a um razoável consenso sobre as sugestões que iam surgindo.

Enquanto isso, o conceito de “socioambiental” ia se consolidando, inclusive por meio da abolição do hífen que, segundo as regras da língua portuguesa na época, seria indispensável na forma correta de redigir a síntese pretendida, mas que todos preferiram dispensar. Queríamos a síntese, e não a justaposição.

Com falta total de imaginação e grande acuidade conceitual, o grupo foi evoluindo para a denominação Instituto Socioambiental, o que parecia uma solução razoável, embora excessivamente racional, ainda que provisória, sem prejuízo da futura adoção de algum apelido, ou sobrenome, que desse um pouco de graça, ou de leveza, ao conceito consagrado.

Porém, desde logo, a denominação confrontou um problema: e a sigla? Pela lógica, seria “IS”. Ficou estabelecido para aqueles fundadores que seria “IS”. A achamos que, assim, a sigla até aportaria algum grau de imaginação, como nos associando à metáfora dos “pingos nos is”. Aquele encontro inaugural rejeitou a hipótese de uma sigla “ISA”, considerada um contrassenso diante da discussão acumulada sobre o caráter sintético do conceito “socioambiental”, uma espécie de reposição do hífen, sem hífen, por meio da duplicação de iniciais para o que seria – e é – uma só palavra. Portanto o que se fundou foi o “IS”.

Como vivemos numa sociedade em que a linguagem verbal é francamente hegemônica, a chamada realidade dos fatos foi destruindo rapidamente a pretensão siglária do “IS”. Metido no meio de uma frase qualquer, o “IS” poderia virar qualquer coisa e até um plural de ou-

tra coisa. O “s” escorrega, em vez de identificar. Fomos percebendo que não havia como cravar uma identidade nominável só com um “i” solto no vento por um “s”. E foi assim, na prática, que o “a” acabou se impondo, subvertendo o estabelecido.

Bissexual e parente de índio

Com a progressiva e subversiva consolidação da sigla “ISA”, colocou-se uma questão de gênero. Na nossa língua, diz-se “o” instituto, enquanto “ISA” sugere um ente do sexo feminino, tipo “dona Isa”. Uma instituição bissexual ou hermafrodita! Parte considerável dos nossos parceiros indígenas resolve essa parada dizendo “a ISA”. Vivemos muitos anos perambulando entre o “a” e o “o”. Nem sei se essa perambulação terminou.

Seja como for, lutas memoráveis foram defumando o conceito, a denominação e a sigla, atribuindo-lhe os significados específicos e concretos que lhes dão sentido como instrumento de intervenção no país. “O” ou “a” ISA ficou sendo parente de índio e de populações tradicionais, da tribo dos territórios da diversidade, do enfrentamento ao desmatamento e à mudança climática, da promoção de produtos de povos da floresta, da produção de informação sobre as diversidades nacionais, da construção e defesa das leis e das políticas para um “Brasil Socioambiental”. Os anos foram clivando uma identidade própria ao ISA, independente dos gêneros que se queira lhe atribuir.

Nessa data querida, enfrentando prolongada temporada de caça aos direitos socioambientais, seguimos convocando toda a arca de Noé, de “a” a “o”, passando por vogais e consoantes dissonantes, para a reconstrução coletiva do mundo, seja quais forem o tempo e o estado em que ele será resgatado das mãos daqueles que ora o asfixiam.

Requerimentos “branca de neve” esperam o beijo do “príncipe” Jucá

O Brasil é um espaço-tempo do realismo fantástico. Frequentemente, editam-se leis que não se cumprem. Mas aqui temos a história de uma “lei”, não escrita, que vigora há mais de 30 anos!

Em 1987, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) realizou o primeiro levantamento sobre a incidência de interesses minerários em terras indígenas. Para isso, cruzou o banco de dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que dispõe das áreas requeridas ou concedidas para a pesquisa e lavra de minérios na Amazônia Legal Brasileira, com o banco de dados cartográficos das terras indígenas da região, revelando a incidência, nestas, de 2.245 títulos, sobretudo requerimentos de pesquisa mineral.

Como se iniciava um processo constituinte, houve um fluxo intenso da formalização de requerimentos por empresas de mineração, ávidas por garantir direitos adquiridos sobre áreas com potencial ocorrência mineral economicamente significativa. Esse fluxo atingiu várias regiões do país com perfil geológico mais favorável, inclusive terras indígenas.

Foi então que representantes da União das Nações Indígenas (UNI) e de organizações de apoio aos índios,

como o próprio Cedi, solicitaram ao então ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, a anulação daqueles títulos minerários incidentes, até que a nova Constituição fosse promulgada, definindo os procedimentos cabíveis a partir de então.

O ministro acolheu o pleito, a seu modo. Provavelmente por orientação do então diretor geral do DNPM, Elmer Prata Salomão, os títulos que haviam sido concedidos foram anulados, mas foi adotado o procedimento de “sustar” a tramitação de requerimentos incidentes em terras indígenas. Eles não seriam deferidos, nem anulados, constituindo um arquivo paralelo, que ficaria congelado até que houvesse legislação a respeito.

A Constituição de 1988 previu a pesquisa e a lavra de minérios em terras indígenas, mas também diz que a autorização para essas atividades compete exclusivamente ao Congresso Nacional, com base em condições específicas a serem definidas em lei. Diversos projetos de lei foram apresentados nesses 30 anos para regulamentá-las, mas até hoje nada foi aprovado. O cartório paralelo de requerimentos sustados continua existindo e, com a recente extinção do DNPM, deverá ser gerido pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

Chamamos esses requerimentos de “branca de neve” porque estariam dormindo continuamente até que o beijo de algum príncipe os desperte. Beijo este que pode ser um ato legal capaz de validá-los, em vez de anulá-los definitivamente.

O projeto de lei (PL) principal – ao qual os demais estão apensados na tramitação legislativa – é o de número 1.610/1996, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que pretende validar esse cartório paralelo, atribuindo “direito de prioridade” aos detentores de requerimentos sustados. De acordo com a proposta

original, a realização de licitação entre as empresas interessadas em jazidas exploráveis em terras indígenas só seria aplicável a outras áreas.

O “direito de prioridade” é reconhecido no atual Código de Mineração e garante ao titular de um requerimento de pesquisa mineral protocolado no DNPM, desde que não haja outro anterior incidindo sobre a mesma área, o direito exclusivo de pesquisá-la e de prioridade na concessão de eventual alvará de lavra, caso seja encontrada alguma jazida explorável. Um ato cartorial que, por si, já gera direitos em cadeia ao longo do tempo, totalmente impróprio à situação das terras indígenas, para as quais a própria Constituição prevê condições especiais.

Só que o pacote especulativo dos requerimentos “branca de neve”, como já mostrava o mapa do Cedi, recobre todas as áreas com viabilidade geológica para ocorrência de jazidas relevantes. Em outras palavras, a aprovação do PL nº 1.610/1996 validaria o cartório especulativo sobre o que interessa, instituindo uma legislação adequada ao espírito da Constituição que, no entanto, só seria aplicável excepcionalmente a áreas que escapem do loteamento cartorial do “príncipe” Jucá, que privilegia empresas de garimpo, como as que atuam ilegalmente em Roraima.

É esse tipo de manipulação legislativa, mais do que a própria oposição dos índios, que explica o fato dessas atividades não terem sido adequadamente regulamentadas durante 30 anos. Ela acirra conflitos de interesse entre os contemplados e os excluídos do cartório, assim como entre empresas de garimpo e de mineração industrial. Cada ator envolvido parece desejar uma lei à sua imagem e semelhança. Na ausência dessa, preferem o vazio legal. Enquanto isso continua valendo a “lei” não escrita que criou a bizarra figura dos “branca de neve”.

Pactos demarcatórios mudam o mapa da “Cabeça do Cachorro”

Chama-se “Cabeça do Cachorro” a região do extremo noroeste do Amazonas, na fronteira com a Colômbia. Se você prestar atenção no mapa, verá que a linha da fronteira perfaz a silhueta de um cachorro, com orelhinha, focinho e boca. A área abrangida é o município de São Gabriel da Cachoeira, que faz fronteira, também, com a Venezuela. Não há estrada de ferro ou de rodagem e o acesso, a partir de Manaus, é feito por via aérea ou fluvial. A região é geopoliticamente importante, mas está fora das zonas de expansão da fronteira agrícola.

São Gabriel é um município indígena, com cerca de 340 comunidades e 400 sítios, onde vivem 23 povos, espalhados pelo alto rio Negro e seus formadores. Também são índios 80% dos habitantes da sede urbana do município, que adota como línguas oficiais, além do português, o tucano, o baniwa e o nheengatu. Predominam os casamentos entre pessoas de etnias diferentes, havendo muitos políglotas, que falam a língua materna, a do cônjuge, o português, quando não o espanhol e o nheengatu, que é uma língua de base tupi inventada pelos jesuítas e hoje só falada naquela região.

Esse território foi uma espécie de laboratório da política indigenista derivada do Projeto Calha Norte, que visava adensar a ocupação e promover o desenvolvimento da área situada ao norte das calhas dos rios Amazonas e Solimões, o que corresponde a 14% da extensão do território nacional. O projeto foi concebido e implantado pela Secretaria-Geral do Conselho de Defesa Nacional, que exerceu uma tutela militar sobre as políticas federais para a Amazônia durante o governo José Sarney, primeiro presidente civil após 21 anos de governos militares.

Aquela política indigenista promoveu um modelo de demarcação das terras indígenas em “ilhas”, ou seja, circunscrevendo em fragmentos territoriais as áreas com maior concentração de habitações indígenas e deixando de fora os seus entornos. Em 1984, Sarney homologou a demarcação de 14 dessas “ilhas”, somando 2,6 milhões de hectares, e criou Florestas Nacionais, destinadas à exploração extrativista, na maior parte das terras indígenas. Esse modelo de demarcação promoveu migrações e expandiu o garimpo predatório para áreas de caça, pesca e coleta dos índios, espalhando conflitos pela faixa de fronteira.

Com a promulgação da Constituição, em 1988, as demarcações em “ilhas” foram questionadas pelo Ministério Público Federal (MPF) e derrubadas na Justiça, por terem desconsiderado o conceito das “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”, que inclui, além daquelas habitadas e utilizadas para as suas atividades produtivas, também as essenciais para a proteção ambiental e para a reprodução física e cultural dos povos.

No início dos anos 1990, laudos antropológicos comprovaram a ocupação indígena sobre áreas “contínuas” (por oposição às “ilhas”) e os seus memoriais

descritivos foram publicados no Diário Oficial da União e ficaram sujeitos à contestação de terceiros durante o prazo estabelecido pelo Decreto nº 1.775/1996, não surgindo objeções relevantes. Coube ao então ministro da Justiça, Nelson Jobim, decidir sobre os limites das terras a serem demarcadas na região e a mim, como presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) na época, assessorá-lo nessa decisão.

Estavam pendentes de decisão os processos relativos à Terra Indígena Alto Rio Negro – a “Cabeça do Cachorro” propriamente dita – e às Terras Indígenas Médio Rio Negro I e Médio Rio Negro II, entre São Gabriel e Santa Isabel do Rio Negro, e as Terras Indígenas Téa e Apaporis, contíguas, num total de 10.6 milhões de hectares. A objeção real à demarcação vinha de militares, que viam a formalização de territórios indígenas extensos em regiões de fronteira como ameaça à soberania nacional na medida em que dificultasse a presença e o trânsito das Forças Armadas naquelas áreas.

A Marinha expressou, especificamente, preocupação com a navegabilidade do Rio Negro, que é a mais importante via natural de comunicação para toda a região e tem as suas nascentes na Venezuela, onde também se liga naturalmente com a bacia do Rio Orinoco e com o Caribe através do Canal de Cassiquiare. Jobim decidiu, então, desafetar o canal navegável do Rio Negro da condição formal de terra indígena, dividindo em duas – I e II – a Terra Indígena Médio Rio Negro. Os decretos de homologação incluíram todas as ilhas dentro das áreas demarcadas e não implicaram perdas territoriais para os índios.

A Aeronáutica implantava, na época, o Projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), que tem um dos seus radares em São Gabriel. Ela pretendia construir uma PCH (Pequena Central Hidrelétrica) em um igarapé

próximo, que faz divisa com a terra indígena, para almentar o radar. Nos termos da Constituição, o aproveitamento de recursos energéticos em terras indígenas depende de uma autorização específica do Congresso Nacional, e a Aeronáutica temia que a provável demora na obtenção dessa autorização prejudicasse o projeto. A PCH inundaria uma extensão mínima da terra indígena e, consultados, os índios optaram por suprimi-la em troca do apoio da Aeronáutica à demarcação da terra.

O Exército já mantinha alguns pelotões de fronteira situados na Terra Indígena Alto Rio Negro e pretendia ampliar o seu número no contexto do Projeto Calha Norte. E dispunha, para os locais dos antigos batalhões, de títulos dominiais em seu nome, relativos a pequenas extensões de terras situadas ao seu redor. Jobim convenceu os militares de que aqueles títulos eram nulos, mas também desnecessários para garantir a presença militar onde fosse requerida. Jobim editou uma portaria regulando a atuação do Exército em terras indígenas e a demarcação foi absorvida.

A demarcação física das terras indígenas do Rio Negro aconteceu na gestão do meu sucessor na Funai e seguiu um modelo próprio. A Funai contratou uma empresa para fixar os marcos demarcatórios nos pontos geodésicos de amarração do perímetro da área e delegou aos índios, por meio da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), a abertura de picadas e a fixação de placas ao longo do perímetro, o que lhes permitiu ampliar o seu conhecimento sobre os limites e a sua capacidade de controle futuro. O Programa Rio Negro do ISA, coordenado pelo Beto Ricardo, deu apoio técnico e administrativo à FOIRN.

Decretos do presidente Fernando Henrique homologaram a demarcação, em abril de 1998. Houve muitas

mudanças nas relações entre índios e militares nesses mais de 20 anos. Rancores do passado cederam lugar à cooperação. O Exército ampliou a sua presença, transferindo para São Gabriel a Segunda Brigada de Infantaria de Selva (2004), divisão comandada por general, elevando o nível de interlocução com os índios e outras instituições. Passou, também, a priorizar o recrutamento de jovens indígenas em vez de trazer contingente do sul do país, passando a dispor de uma tropa adaptada às condições locais e reduzindo conflitos causados por assédio de soldados a índias.

Asfalto na selva

Em memória de Porfírio Carvalho

Texto originalmente publicado no site do ISA, em 8 de maio de 2017:
<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-ppds/asfalto-na-selva>.

Foi numa manhã de setembro de 1995 que tomei posse no cargo de presidente da Funai, numa breve cerimônia realizada no Ministério da Justiça. Ao final, o ministro Nelson Jobim pediu que eu subisse até seu gabinete após os cumprimentos de praxe.

Logo que entrei no gabinete, ele me disse:

– “Há um grupo de índios que ocupou a BR-174, na fronteira entre o Amazonas e Roraima, e expulsou de lá o batalhão de engenharia do Exército, que se preparava para iniciar a pavimentação do trecho em que a rodovia atravessa uma terra indígena. Vá até lá, se for preciso, e retire esses índios do leito da estrada.”

Com efeito, os índios Waimiri-Atroari haviam empatado a obra. Imprensa e classe política regional faziam um auê danado, acusando os índios de querer impedir a redenção de Roraima, pois a pavimentação da rodovia, na visão local, retiraria o estado do seu isolamento histórico em relação ao resto do país.

Expliquei ao ministro que os Waimiri-Atroari são um povo guerreiro que sofreu um impacto genocida com a abertura daquela estrada, ainda nos tempos de ditadura, e que não era sem motivo que os militares tinham optado pela retirada. E que ele não

deveria esperar que eu, ou qualquer outro mortal, fosse retirar os índios à força.

O ministro argumentou que a faixa de domínio ao longo da rodovia havia sido desafetada da condição de terra indígena pelo decreto presidencial que homologou a demarcação da área e que, dessa forma, os índios estavam ocupando uma área sobre a qual não detinham direitos, não podendo o governo tolerar tal ilegalidade. Informei-o, então, que, embora desafetado, o trecho da estrada que atravessa o território indígena era extenso – 125 km – e que, independentemente da sua condição jurídica, sua pavimentação representaria, sim, impactos adicionais, sendo melhor que o governo se dispusesse a discutir com os índios as condições reais da área em vez de querer lhes impor, simplesmente, a formalidade da lei. Disse-lhe, ainda, que eu desconhecia as condições do conflito naquele momento que voltaria a conversar com ele assim que tivesse tempo para me informar devidamente.

O primeiro telefonema que dei como presidente da Funai foi para Porfírio Carvalho, um indigenista historicamente formado no órgão, mas que já vinha prestando serviços como consultor à Eletronorte há alguns anos, mediando as relações entre a empresa e os grupos indígenas afetados por empreendimentos hidrelétricos na região amazônica. Carvalho foi o principal protagonista da construção do Programa Waimiri-Atroari (PWA) como resultado de um convênio entre a Funai e a Eletronorte para proteger as terras e melhorar as condições de vida dos índios, abaladas pela implantação de vários projetos de desenvolvimento, como a implantação da própria BR-174, da hidrelétrica de Balbina e da Mina do Pitinga, onde a mineradora Paranapanema explorava cassi-

terita, empreendimentos que incidem em áreas de ocupação tradicional que foram excluídas dos limites demarcados como terra indígena.

Carvalho me explicou que a ocupação da estrada pelos índios já vinha acontecendo há alguns dias e que os militares haviam concordado em se retirar e evitar qualquer ato de força que pudesse agravar a animosidade entre índios e trabalhadores, aguardando negociações para resolver pacificamente o conflito. O comando do batalhão de engenharia havia percebido uma intenção meio malandra do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), que havia licitado, entre empreiteiras privadas, os demais trechos da obra e reservado ao Exército apenas o trecho em que havia conflito com os índios.

Carvalho também informou que os Waimiri-Atroari estavam dispostos a aceitar a pavimentação caso o governo se dispusesse a bancar a implantação e o funcionamento, por 10 anos, de um novo plano de fiscalização e vigilância daquele trecho da estrada. O PWA já realizava a sua fiscalização, mas necessitaria de recursos adicionais para ampliar a sua estrutura diante do previsível aumento do tráfego, do risco de acidentes e do atropelamento de animais em consequência da pavimentação.

Com essas informações, retornei ao ministro Jobim e defendi a posição dos índios, mostrando que a providência de ampliar a fiscalização da área bem poderia ser solicitada pelos usuários da estrada:

– “Imagine, ministro, o senhor fazendo uma viagem com a família e o seu carro quebra em algum ponto remoto da fronteira entre Amazonas e Roraima. Não lhe seria confortável saber que há uma estrutura de monitoramento permanente para lhe garantir socorro em um tempo razoável?”

Ele disse, então, que estava convencido da pertinência da reivindicação dos índios, mas que eu teria de convencer o governo como um todo:

– “Ao Ministério dos Transportes compete a execução da obra; ao Planejamento, a disponibilização dos recursos; ao Meio Ambiente, o licenciamento ambiental; a nós compete apenas a desobstrução da via.”

Ocorreu-me, então, fazer do limão uma limonada: um caso exemplar de consulta aos índios para se implantar um empreendimento de infraestrutura com impactos potenciais sobre seu território. Sugeri ao ministro organizarmos uma visita de Estado ao território indígena para uma conversa direta com os Waimiri-Atroari sobre a obra e a sua condicionante. Eu lideraria uma delegação com representantes dos quatro ministérios envolvidos, à qual ele sugeriu incorporar representantes dos governos do Amazonas e de Roraima. O ministro dispôs-se a indicar o seu representante e a solicitar formalmente a designação dos representantes dos demais ministérios e governos. No geral, foram indicadas pessoas com considerável grau de hierarquia funcional.

Informei ao PWA e aos índios que o governo estava pronto para conversar com eles sobre a pavimentação da estrada e a proposta do plano de fiscalização, deixando-lhes bem claro que não havia qualquer decisão de governo sobre a reivindicação dos Waimiri-Atroari, mas sim uma disposição de negociar em alto nível e na própria terra indígena, caso eles também concordassem. Eles perguntaram – e eu expliquei – quais pessoas iriam e, então, consentiram em nos receber, dizendo que também formariam uma comissão de alto nível. Datas foram acordadas.

A reunião das partes aconteceu no Posto Indígena Nawa – Núcleo de Apoio aos Waimiri-Atroari – situado

no seu próprio território e à beira da estrada, distante uns 200 km de Manaus. Fomos vendo, pelo caminho, a situação da pavimentação da estrada, não faltando comentários politicamente incorretos sobre a interrupção das obras pelos índios e sobre sua proposta de fiscalização do trecho. O representante do Ministério do Planejamento – um jovem de inteligência brilhante e altamente graduado – revelava grande ansiedade em se encontrar com índios, o que faria pela primeira vez. Ao mesmo tempo, ironizava a reivindicação deles, dizendo que “não existe antecipação de orçamento por 10 anos”.

Chegando ao limite da terra indígena, os representantes do governo federal ficaram impressionados com o trabalho do PWA. Havia um prédio de apoio, veículos e pessoal operando a cancela de controle da entrada. Os transeuntes recebiam instruções verbais sobre a condição legal da área em que estavam entrando e como deveriam proceder em caso de emergência. Também recebiam sacos de lixo e a informação de que não se pode jogá-los na estrada, além de uma cartilha sobre os Waimiri-Atroari e seu território. Seguimos, então, até o posto indígena, onde ficamos hospedados até a manhã seguinte, quando ocorreria a reunião com os índios.

Os visitantes impressionaram-se com a estrutura simples, porém impecável do Posto Nawa. O alojamento era rústico, de madeira, coberto com telhas venezuelanas, com isolamento térmico e que oferecem conforto e ventilação no forte calor, havia limpeza e alimentação caseira saudável. Embora situado à beira da estrada, o local era bonito, florido, agradável e todo o trecho da estrada era florestado, de modo que animais e gentes transitavam. À noite, o tráfego era interrompido e imperava a sinfonia da selva.

No jantar, o representante do Ministério do Planejamento sentou-se ao meu lado à mesa e me perguntou muitas coisas sobre os índios, a terra e a rodovia. Perguntou, também, sobre o PWA, dizendo-se bem impressionado com o zelo pela cancela e o posto. Eu lhe informei que o PWA desenvolve ações de vários tipos em todas as aldeias, além da fiscalização da estrada em outros pontos, assim como da vicinal que leva à Mina do Pitinga e dos acessos fluviais à área através da represa de Balbina. Também contei que o programa fazia, mediante convênio com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), a fiscalização da Reserva Biológica do Uatumã, contígua à terra indígena e que conserva importantes espécies endêmicas das cabeceiras do Rio Uatumã e que, do ponto de vista dos índios, funciona como colchão protetor para uma parte do limite da sua terra.

Depois, ele passou a falar da reivindicação dos índios, mas já sem a ironia tecnocrática que o havia embaçado durante a viagem e com nítida preocupação quanto à impossibilidade – por ele alegada – de antecipar recursos orçamentários para despesas futuras. Quanto a isso, apenas lhe disse que teria a oportunidade de explicar o problema diretamente aos índios na reunião da manhã seguinte. Apesar do silêncio, só entrecortado por sons de sapos, insetos e aves noturnas, o cara nem dormiu...

O dia seguinte amanheceu radiante e, quando acordamos, a delegação dos índios já estava presente. Era composta por jovens líderes de várias aldeias, uma geração que se viu obrigada a assumir precocemente o comando do seu povo, após a dizimação da geração dos seus pais pela guerra do contato. Eles estavam lindos: pintados, paramentados e... armados!

A conversa aconteceu numa espécie de quiosque, redondo, coberto de palha, que fica no jardim aos fun-

dos do alojamento do posto. Havia uma longa mesa de madeira dividindo a construção ao meio, com um semicírculo de cadeiras de um lado e, do outro, um alongado banco de madeira. Antes que a reunião começasse, enquanto as pessoas se apresentavam e conversavam do lado de fora, dois índios entraram no quiosque e, com gestos casados, fincaram duas lanças cruzadas sobre a mesa de madeira, que vibraram vigorosamente por alguns segundos, completando o cenário.

Carvalho abriu a conversa, informando que o assunto era a pavimentação da estrada e a proposta de um plano de vigilância, passando, a seguir, à apresentação de cada um dos indígenas presentes. Passou-me a palavra para apresentar cada um dos visitantes e dar boas-vindas a todos em nome da Funai. O representante do Ministério dos Transportes explicou o que seria a obra e as condições da sua execução, sem a permanência na área de operários durante a noite e com o ingresso, vindos de fora, dos insumos necessários, como cascalho, terra, asfalto etc. Carvalho expôs detalhes do plano de fiscalização. O representante do Ministério do Meio Ambiente informou que o licenciamento da obra não havia considerado a ampliação da estrutura de fiscalização do trecho em terra indígena, mas que estava convencido da pertinência da reivindicação dos índios e bem impressionado com a integridade ambiental da área, o que aproximaria a condição objetiva daquela parte da rodovia à de uma estrada-parque. O representante da Justiça limitou-se a dizer que ali estava como testemunha, para relatar ao seu ministro o andamento da negociação e seus resultados. O do governo de Roraima relatou a preocupação da população do estado com o impasse e ressaltou a importância da obra. Já o representante do Amazonas foi além, comentando sobre

telefonema recebido naquela manhã do próprio governador, Amazonino Mendes, que colocava seu governo à disposição para qualquer operação que ajudasse a viabilizar um acordo para o prosseguimento da obra.

Só que todos eles estavam em posição cômoda para embromar ou concordar com a reivindicação dos índios, pois não lhes caberia pagar a conta do plano de fiscalização, de pouco mais de R\$ 4 milhões, em valores da época, que nem era tão salgada se considerados os 10 anos de execução. A fala verdadeiramente esperada era a do representante do Planejamento, o dono do cofre.

Antes, porém, usei novamente a palavra para pedir um esclarecimento aos índios. Carvalho e eu sabíamos que na língua dos Waimiri-Atroari inexistia o número 10. Existem um, dois e... muitos. Perguntei a eles, então, por que queriam o dinheiro adiantado para os próximos 10 anos, e não três ou 20. A pergunta produziu irritação e os índios começaram a falar agitadamente entre eles, na própria língua, até que um deles respondeu em português, em alto e bom som:

– “Por que nós não confiamos em vocês!”

Por óbvio, o dono do cofre ficou por último. Assim que lhe passei a palavra, ele jogou a toalha e nem falou em “impossibilidade”. Também se disse bem impressionado com tudo o que viu e ouviu, que estava convencido da necessidade do plano de fiscalização e que os recursos seriam, ali, melhor geridos do que por qualquer órgão público. Finalizou dizendo que, no seu retorno a Brasília, providenciaria a solução técnica adequada para que os recursos necessários, nos próximos 10 anos, chegassem rapidamente às mãos do PWA, de modo que a obra fosse, da mesma forma, retomada e concluída. Depois, eu soube que o dinheiro passou pelo governo do Amazonas, mas chegou, com presteza, ao seu destino.

Ignoro qualquer mutreta que tenha sido feita com o dinheiro nesse caminho. Concluída a sua fala, vivamente emocionada, eu retomei a palavra: “Carvalho, por favor, lavre a ata da reunião!”

Fica difícil descrever a cena da lavratura da ata. Não havia, então, celulares, computadores ou coisas do gênero. Nem mesmo uma máquina de escrever elétrica. Carvalho tirou de uma caixa uma velha máquina Olivetti manual, objeto que eu imagino que os escribas atuais não imaginem. Além disso, faltava-lhe a letra “n”, de modo que o texto que ia sendo produzido ficava truncado por espaços nos lugares dos enes. Além da via original da ata, iam sendo produzidas outras sete cópias em papel carbono. Todos os presentes assinaram as oito vias do registro: os índios com as suas impressões digitais, eu e Carvalho como testemunhas. A primeira via ficou comigo, para que eu a levasse oficialmente ao governo, por meio do ministro da Justiça, de modo que o seu representante ficou com a última via, quase apagada, apenas a título de registro. O PWA incumbiu-se de guardar e conservar a primeira cópia, dos índios.

Assim, chegaram a um acordo os Waimiri-Atroari e os governos, em pouco mais de uma hora de negociação. A natureza da reivindicação indígena, dado o apoio efetivo do PWA, simplificou tudo, pois não se tratava de exigir que o poder público fizesse isto ou aquilo, mas que liberasse os recursos para que eles próprios fizessem o que cabia fazer, de forma autônoma e por longo tempo.

Seis anos depois, voltei à terra dos Waimiri-Atroari para consultá-los sobre a inclusão do seu território num projeto de corredor ecológico. O plano de fiscalização estava sendo plenamente executado – como vem sendo até hoje – e havia se desdobrado em vários outros projetos, com outras fontes de recursos.

Pude conhecer até os resultados do monitoramento do impacto da estrada sobre a fauna.

O PWA é o mais bem-sucedido programa oficial de ação indigenista que conheço. Melhor, inclusive, que o seu irmão, o Programa Parakanã, também resultante de um convênio entre a Eletronorte e a Funai. Há quem critique o PWA por manter os índios em isolamento supostamente excessivo, distanciando-os de outros potenciais apoiadores e do próprio movimento indígena. Mas, mais importante que tudo, é registrar que, antes dele, os Waimiri-Atroari haviam sido reduzidos a 374 pessoas, em 1987, em consequência do desastroso contato. Trinta anos depois, são agora mais de dois mil indivíduos, vivendo em território demarcado em expressiva extensão e que permanece ambientalmente íntegro, distribuídos em dezenas de aldeias e, por toda a área, falando sua língua e praticando todas as suas atividades tradicionais e culturais, com saúde, reproduzindo-se física e culturalmente.

Certamente cabe aos Waimiri-Atroari, com o seu heroísmo, disposição de luta e persistência, grandes méritos no sucesso do PWA. Muitas pessoas, indigenistas e profissionais de várias especialidades, também contribuíram decisivamente para isso. Mas todos os envolvidos serão unânimes em reconhecer o mérito principal de Porfírio Carvalho.

O “Trotskista”

Texto publicado originalmente no site do ISA, em 24 de julho de 2017: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa-blog-do-ppds/o-trotskista>.

Fui nomeado presidente da Funai pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em setembro de 1995, após alguma embromação. Tive o privilégio de poder indicar nomes da minha confiança para as suas diretorias e demais cargos em comissão. Pedi ao governo a indicação de um gestor público para a diretoria de administração, calçando-me das adversidades burocráticas e facilitando a interlocução com os órgãos de controle do Estado. No mais, aproveitei os melhores quadros que já estavam no órgão.

Para chefiar o gabinete da Presidência, desloquei o antropólogo Jorge Pozzobom, pessoa querida e que atuava na diretoria de Assuntos Fundiários. Pedi socorro, provisoriamente, para que ele me ajudasse a segurar o agito do gabinete no primeiro tempo da gestão, já que a sua alta qualificação intelectual e interesse profissional não tinham nada a ver com aquela função.

Na estrutura da Funai inexistia o cargo de vice-presidente. A cada gestão ocorre a designação, pela Presidência da República, de um substituto funcional para eventuais ausências do presidente do órgão, função que, geralmente, recai sobre um dos diretores. No meu caso, pedi ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, a designação do chefe de gabinete.

Transcorreram algumas semanas sem que a designação oficial do Jorge fosse efetivada, o que gerava transtornos burocráticos a cada viagem minha. Perguntei ao ministro o porquê da demora e fui informado que a consultoria jurídica do ministério havia questionado a legalidade da indicação. Em burocratês: o presidente da Funai ocupa um cargo DAS-6 (mais alto nível hierárquico na estrutura administrativa do governo federal para esse tipo de função) e, segundo a consultoria, o seu substituto deveria ser um DAS-5 (que é o nível hierárquico atribuído aos diretores), enquanto o cargo do Jorge, de chefe de gabinete, era de nível DAS-4.

Respondendo ao questionamento, a procuradoria jurídica da Funai elaborou um parecer dizendo que não havia impedimento legal para se designar qualquer ocupante de função de confiança como substituto, pois, ao assumir a Presidência interinamente, passaria a exercer função de nível DAS-6 automaticamente, com nível hierárquico superior aos demais dirigentes do órgão, sendo, inclusive, remunerado como tal. E apontou precedentes de designações similares em outros órgãos. Jobim aprovou o parecer da Funai, mas, mesmo assim, a designação do Jorge não saía no Diário Oficial da União (DOU).

Alguns dias depois, em audiência com o ministro, perguntei de novo sobre a questão. Ele disse, então, que teria surgido uma objeção política da Casa Civil, pois Pozzobom seria filiado ao PT. “Você indicou um cara de uma ala trotskista do PT e, ainda por cima, do meu estado! Estou sendo cobrado por isso pelos parlamentares gaúchos da base”, disse-me o ministro.

Apesar de conhecê-lo há anos, eu não tinha a menor ideia sobre preferências ou vinculações partidárias do Jorge. Depois, fiquei sabendo que ele era compadre do Miguel Rossetto, deputado federal pelo PT do Rio

Grande do Sul e integrante da Democracia Socialista, uma corrente interna do partido, tida como de inspiração trotskista. Rossetto foi depois ministro do Desenvolvimento Agrário e secretário-geral da Presidência da República

Respondi ao Jobim que eu nada sabia sobre a opção partidária do Jorge e compreendia o constrangimento político. Mas que tudo o que a Casa Civil estava dizendo dele só reforçava a minha opção por sua designação. Ele reagiu: “Como assim, Márcio?” Expliquei, então, que a tradição na Funai é o substituto conspirar para derrubar o presidente e, sendo ele adversário político do próprio ministro, não teria a menor condição de pretender o cargo. Após segundos de silêncio, ele aquiesceu: “Sabe que você tem razão?! Não tinha pensado nisso...” Alguns dias depois, a designação do Jorge saiu publicada no DOU.

Com três meses de exercício, a direção da Funai apresentou às instâncias superiores de governo uma dupla proposta para a reestruturação do órgão: reforma modesta numa primeira etapa, nos limites da legislação vigente, e mais profunda, visando ao resgate da sua institucionalidade de fundação, após a suposta aprovação da reforma do Estado pelo Congresso Nacional. Reestruturar a Funai havia sido o objetivo da minha nomeação. Porém o ministro da reforma do Estado, Bresser Pereira, achava que não convinha efetivar nem mesmo a primeira etapa da reestruturação, pois suscitaria reações corporativas que poderiam dificultar a aprovação da emenda constitucional relacionada ao assunto no Congresso.

Pedi uma conversa presencial com o presidente Fernando Henrique e expliquei que eu não tinha interesse em permanecer na Presidência da Funai. Rela-



Setembro de 1987. Ailton Krenak protesta no Plenário do Congresso, em Brasília, contra a supressão do capítulo dos direitos indígenas na Constituinte. O gesto teve grande repercussão na imprensa e comoveu a opinião pública.

Luiz Antonio Ribeiro/CPDoc JB

Maio de 1988. Em pé: Mário Juruna, Everaldo Tinoco (quarto da esq. para dir.), Márcio Santilli (quinto). Sentado: Amaury Muller, Tadeu França, Plínio de Arruda Sampaio (quarto da esq. para dir.), Fábio Feldman (sexto), Otavio Elizio, Gabriel Guerreiro, Arthur da Tavola e Mário Covas. De costas: José Dutra (segundo da esq. para dir.), Jarbas Passarinho, Sandra Cavalcante, Siqueira Campos e Haroldo Lima. Lideranças partidárias e outros parlamentares negociam emenda no capítulo dos Direitos Indígenas na Constituinte.

Beto Ricardo/ISA



Fevereiro de 1989. Tuíra Kayapó adverte diretor da Eletronorte, no I Encontro dos Povos Indígenas contra as hidrelétricas no Rio Xingu, Altamira, Pará.

Protásio Nenê/Estadão Conteúdo



Maio de 1988. Índios de várias etnias, tendo à frente, na bancada, da esq. para dir. Teseya Panará, Kanhôc Kayapó, Raoni Metuktire e Tutu Pombo Kayapó, ocupam auditório da liderança do PMDB, durante negociações do capítulo dos índios na Constituinte.

Beto Ricardo/ISA



Março de 1988. Deputado Vigildásio Senna, da Bahia, leva à tribuna da Câmara mapa feito pelo CEDI "Empresas de Mineração em Terras Indígenas na Amazônia brasileira".
André Dusek/AGIL



Junho de 1988. Índios de vários povos comemorando a votação do capítulo sobre seus direitos em primeiro turno na Constituinte, ao fundo o Congresso Nacional, Brasília.

Beto Ricardo/ISA

tei a objeção do Bresser e ele informou que forçaria a barra por uma votação em breve da reforma do Estado pelo Congresso. Respondi que o órgão e o seu governo já dispunham de uma proposta (na verdade, duas) para a reestruturação da Funai e que poderia executá-la no momento que mais lhe conviesse, não fazendo muito sentido que eu permanecesse no cargo para esperar por isso. A discussão dentro do órgão sobre essa proposta já estava produzindo reações corporativas que se esvaзиariam com a nomeação de outra pessoa. O Lucas (meu filho mais novo) tinha nascido e, além disso, eu preferia trabalhar no terceiro setor. Mas ele me pediu que eu esperasse a decisão do Congresso sobre a reforma administrativa. E eu esperei.

Porém, nas semanas seguintes, o Congresso foi desidratando completamente a proposta de reforma administrativa. Não vale a pena, aqui, entrar em detalhes sobre o seu mérito, mas o fato é que o Estado estava preferindo continuar podre e inerte. A ciência política ensina que as burocracias não se reformam, só se reproduzem, a menos que sejam impactadas por movimentos populares ou por fortes direções políticas. A aprovação – na verdade, rejeição – da pífia reforma administrativa pelo Congresso foi a senha para eu apresentar o pedido de demissão.

No dia seguinte, reuni a diretoria da Funai, com o Jorge presente, e informei que iria ao Ministério da Justiça para entregar minha carta de demissão. Pedi aos diretores que permanecessem no exercício das suas funções até que fosse nomeado meu sucessor. Precisei de algum tempo para finalizar a carta e, quando cheguei à garagem para pegar o carro oficial rumo ao ministério, lá estava o Jorge, com um envelope na mão: “Entrega a minha junto!”. E eu entreguei. O mais interessante

foi que, no dia seguinte, o Jorge – “trotskista” e tudo – foi convidado pelo então chefe de gabinete do Ministério da Justiça, José Gregori, para assumir a presidência da Funai. E não topou.

Eu nunca soube se o Jorge foi, ou não, trotskista. Olhando para a cara dele, parece que sim. Mas eu acho que não, mesmo que em algum momento ele tenha se encantado com a ideia de uma revolução permanente. Acho que ele acreditou mais nos índios Hupda (leiam “Vocês Brancos não têm Alma”) e no Freud do que no Trotsky.

Com inteligência criativa e fino bom humor, costumava me ligar na madrugada: “presidente, que horas o senhor deve chegar ao hospício?” Quando caiu gravemente doente, ele me disse que atribuía o câncer às tensões vividas na Funai. Assim sendo, temo pela extensão da minha contribuição para a sua agonia.

Beijão Camarada!!!

Xavantada maçônica

Quando passei pela presidência da Funai, ela dispunha de 48 unidades regionais, então chamadas de administrações e, atualmente, de coordenações. Vejo mérito no fato de sua estrutura vincular essas unidades diretamente à sede do órgão em Brasília, sem a mediação de outras instâncias burocráticas, como superintendências estaduais, que já existiram antes. Também vejo mérito no desenho das respectivas jurisdições, que priorizam as concentrações de terras indígenas e as relações entre os grupos, em vez das fronteiras estaduais ou municipais.

Porém havia distorções absurdas nesse desenho administrativo. Por exemplo, duas unidades regionais – em Barra do Garças e Nova Xavantina (MT) – atendiam especificamente o povo Xavante, então constituído por de cerca de 10 mil pessoas. Os seus orçamentos somavam mais de 20% do total destinado às administrações regionais. Para comparar, havia uma única unidade para atender todo o noroeste do Amazonas, com 40 mil índios – que representam 10% da população aldeada no país – e com apenas 4% do orçamento disponível. Curiosamente, também havia uma em Goiânia, capital de Goiás, onde não há terras e populações indígenas, se-

não uma pequena comunidade. Por esta unidade, supostamente dedicada a “funções administrativas”, fluíram mais 10% daquele orçamento.

Essa distorção era atribuída a dois fatores combinados: a relativa proximidade das áreas Xavante em relação à Brasília e o caráter guerreiro desse povo de tronco linguístico Gê, incisivo na pressão sobre autoridades e governos. Uma explicação bem razoável, extensiva aos Kaiapó do sul do Pará, detentores de outras duas unidades com orçamentos desproporcionais. Justificativa que, no entanto, omite um fator principal: uma quadrilha de funcionários não índios que desviava a gordura orçamentária em proveito próprio, cevando um punhado de caciques.

O impacto da burocracia corrupta sobre os Xavante ia além: disseminou entre os caciques um supremo desejo de consumo por picapes de tração. Os veículos representavam instrumentos de poder para eles, não apenas pela facilidade de locomoção pelas quebradas dos territórios indígenas, mas pelo acesso às cidades, à assistência e a outros bens de consumo. Ao ponto de fragmentarem as comunidades, proliferando aldeias, caciques e picapes. Hoje, existem alguns “cemitérios”, com restos desses veículos, nas terras Xavante.

Como é (ou foi?) tradição na Funai, a primeira tarefa de todo novo presidente é receber uma romaria de caciques Xavante, que comparecem em peso às cerimônias de posse. Faziam fila na porta do gabinete e rejeitavam audiências coletivas. Durante alguns dias, um por um, sentaram-se à minha frente, com pastinhas de plástico que continham ofícios, solicitando – sobretudo – picapes. E aí morava o segredo: as compras e os consertos dos veículos eram feitos em Goiânia.

Durante minha gestão, de setembro de 1995 a março de 1996, a diretoria da Funai desenvolveu um conjunto de critérios e uma planilha para dividir os recursos disponíveis entre as unidades locais, cotejando população, extensão das terras e condições logísticas. A sua implantação desagradou unidades que antes disputavam de orçamentos desproporcionais, mesmo havendo maior disponibilidade orçamentária no período.

Constavam de uma proposta de reestruturação do órgão indigenista, que encaminhamos ao Ministério da Justiça, a extinção da administração regional de Goiânia e a criação de um programa regional na área abrangida pelas unidades que atendiam aos Xavante. A proposta foi enviada em meados de dezembro e, na semana seguinte, políticos de Goiás já pressionavam o ministro para deixar tudo como estava. Na região, funcionários envolvidos no esquema de corrupção espalhavam que, em vez de reestruturar, nós queríamos extinguir a Funai.

Em janeiro de 1996, baixou em Brasília uma delegação Xavante liderada pelo cacique Celestino, da Terra Indígena Parabubure (MT). Os índios pediram audiência e, no dia marcado, chegaram antes da hora e ocuparam o gabinete. Eu estava no Ministério da Justiça e o Jorge Pozzobom, chefe de gabinete, avisou sobre a ocupação. Cheguei à Funai e fui direto à sala da presidência. Encarei a ocupação, convicto das medidas tomadas, com o desenho de um programa para a região deles nas mãos e em condições de enfrentar qualquer discussão.

O que eu não sabia é que havia entre eles, dentro do gabinete, um cinegrafista de uma importante rede de televisão, com câmera e tudo. Se eu soubesse, teria deduzido que não se tratava de uma audiência, mas de uma armação. Os índios levantaram-se e o Celestino

disse apenas que eu era um assassino e que, por isso, eles iriam me arrancar dali e me arrastar até o Ministério da Justiça, para que eu fosse substituído por outro presidente que eles indicariam.

Fui arrastado até o elevador e conduzido à garagem, onde fui acudido por Damião, cacique de Maraiwatsede (MT), território Xavante que estávamos lutando para reocupar. Junto com Odenir Pinto, indigenista criado entre eles, Damião relatou, na língua, todas as iniciativas que eu estava tomando e convenceu o Celestino e os demais a me largarem e encerrarem aquela constrangedora manifestação. O cinegrafista gravou tudo, mas os telejornais só editaram a primeira parte da cena, disseminando a impressão de que a Funai estaria fora de controle.

No dia seguinte, Damião e Odenir apertaram Celestino, que abriu o jogo sobre todo o esquema armado por um grupo de funcionários que se beneficiava de negócios feitos com os recursos destinados aos Xavante. Além dos nomes, informou datas e locais em que foi preparado o ataque à sede da Funai. Eles utilizaram-se de reuniões de lojas maçônicas de Goiânia e de Brasília, por onde teria sido articulado, inclusive, o recrutamento do cinegrafista.

O Ministro da Justiça determinou que a Polícia Federal investigasse o episódio. Vários documentos foram solicitados e enviados, mas parece que o caso caiu em mãos erradas. Semanas depois, um delegado compareceu ao meu gabinete para devolver os documentos, dizendo que nada havia sido comprovado. Assinou um ofício formalizando a devolução, acrescentando à assinatura os três pontinhos indicativos da condição de maçom.

Anos depois, folheando uma edição do Diário Oficial da União, por acaso, vi decretos do presidente Fer-

nando Henrique Cardoso demitindo, a bem do serviço público, alguns daqueles funcionários. Quis crer, sem saber, que decorriam daquele caso.

Muitas foram as “xavantadas” nos últimos anos do século passado. Índios de outras etnias também foram usados em operações similares. A última que tenho memória tentou impedir a reestruturação da Funai durante a gestão do Márcio Meira, no governo Lula. Salvo engano, não existe mais a máfia que saqueava a Funai e, por isso mesmo, já não se fazem “xavantadas” como antigamente, embora até hoje não exista um programa consistente para fazer frente às legítimas necessidades do povo Xavante.

A Raposa e os Renans

A demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR) foi uma das mais sofridas na nossa história recente. A Funai concluiu a identificação em 1993, publicando no Diário Oficial o memorial descritivo de uma área contínua de 1,6 milhão de hectares. Em 1996, após a edição do Decreto nº 1.775, o órgão respondeu todas as contestações apresentadas à demarcação pelo estado de Roraima, pelo Ibama e não indígenas que ocupavam a área.

O então ministro da Justiça, Nelson Jobim, em vez de decidir definitivamente sobre a demarcação, publicou um “despacho” que resolveu algumas interfaces importantes daquele processo, reconhecendo a dupla afetação de uma parte da terra sobreposta ao Parque Nacional do Monte Roraima e oficializando o livre trânsito e permanência dos militares naquela região de tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana.

Porém o despacho atribuía legitimidade a títulos de propriedade incidentes sobre a área e determinava que a Funai realizasse estudos complementares para subtrair 300 mil hectares da extensão proposta para demarcação. Esse despacho paralisou o processo e foi contestado, por que parte dos títulos legitimados já haviam sido anulados por decisões judiciais e por que

a área abrangida por eles era muito menor do que a extensão indicada.

Em 1999, o ministro já era Renan Calheiros. Ele foi meu colega de bancada na Câmara dos Deputados e reencontrei-o na condição de ministro em uma reunião do Programa Comunidade Solidária. Durante o almoço, conversamos um monte sobre assuntos da vida e da política geral e, lá pelas tantas, ele me disse que gostaria de protagonizar algum feito marcante em relação às terras indígenas como legado da sua gestão.

Eu disse, então, que a principal pendência no processo de demarcação, àquela altura, era o caso Raposa Serra do Sol, por força do malfadado despacho do seu antecessor. Informei que quase 20 mil índios de quatro etnias viviam ali e que havia um histórico de conflitos. A grande visibilidade política do caso seria determinante na avaliação de desempenho da sua gestão. Finalmente, alertei que uma decisão consistente sobre aquela pendência deveria considerar as suas várias interfaces com a fronteira, com o parque nacional, com a sede do município de Uiramutã e a presença dos ocupantes não índios. E que haveria um preço político inevitável a pagar devido à objeção do governo de Roraima e da sua bancada no Congresso.

Algumas semanas depois, o ministro ligou dizendo que tinha decidido assinar a portaria, declarando os limites oficiais da área. Esse ato ministerial é muito importante, porque representa a decisão política do Estado brasileiro sobre os limites a serem demarcados. Ele me pediu para conversar com o consultor jurídico do ministério sobre como o ato deveria se reportar ao despacho do seu antecessor.

Dr. Byron, o consultor, tinha minutado outro despacho que reconhecia, mas não resolvia as questões pen-

dentos do despacho anterior, remetendo-as a um futuro incerto. Ponderei que melhor seria anunciar a transferência para o Estado das terras federais devolutas e o rápido reassentamento dos não índios que permaneciam na área. Mas prevaleceu a providência jurídica do segundo despacho, junto ao qual foi publicada a portaria ministerial que declarou os limites da terra indígena em área contínua e determinou à Funai a demarcação física.

A edição da portaria ministerial teve fortes repercussões. O Conselho Indígena de Roraima (CIR) organizou uma grande festa na aldeia do Maturuca para comemorar a demarcação, que mobilizou as mais de 100 comunidades que vivem na terra e implicou o convite aos parentes de outras terras e aos seus aliados. O governo estadual e os representantes de interesses contrariados convocaram um protesto em Boa Vista. Eu fui convidado para a festa, e o ministro foi convocado para a manifestação.

A festa foi linda, repleta de emoções! Teve até cavalhada, com índios e convidados montando cavalos de bandos arredios que existem por lá. E o baile atravessou a noite toda, começando pelo repertório politicamente correto que enaltece a luta pela demarcação e caindo no forró depois que seu Jaci, o tuxaua, recolheu-se. Rolou muito churrasco, passeio pelo lavrado e comoventes manifestações de felicidade diante do momento histórico.

A esposa do seu Jaci deu à luz um menino no dia em que foi assinada a portaria ministerial e eles o batizaram com o nome de Renan Calheiros. Eu o conheci assim que cheguei à aldeia, e Jaci tirou uma foto polaroid minha com o bebê no colo, que eu guardei com todo o cuidado para entregar ao ministro na volta. Ainda perguntei se tinha sido tranquila a decisão de dar nome ao menino, e o líder indígena respondeu que tinha sido um “conselho de Deus”.

Já a manifestação de protesto deve ter sido um bo-cado tensa. Estiveram lá deputados, senadores, dirigentes de sindicatos patronais e de clubes de serviços e até militares. O governo não economizou no transporte de claques, como se faz em campanhas eleitorais, distribuiu lanches e camisetas e infestou a cidade de faixas e cartazes, especialmente no caminho do aeroporto para o centro da cidade. Ânimos exaltados. Renan passou aperto.

Chegando a Brasília, o ministro me pediu para ir vê-lo e me disse que iria revogar a portaria. Fez seu relato sobre Roraima, disse que as pressões eram enormes e que o ato tinha provocado um rombo na base parlamentar do governo, além de continuar convicto de que a demarcação da área contínua era a melhor solução, mas que não tinha respaldo sequer do seu partido – o PMDB – para sustentar aquela decisão. Agradeceu minha franqueza ao alertá-lo sobre todas as dificuldades, o que o levava a me informar pessoalmente antes.

Eu não escondi a minha tristeza. Tirei do bolso a foto polaroid e a entreguei: “Sabe qual é o nome desse menino?” E já respondi: “Renan Calheiros!” Expliquei que se tratava do filho de um grande chefe Macuxi, nascido no dia da assinatura da portaria dele. E ainda emendei: “Se a portaria for revogada, esse menino terá vergonha do próprio nome pela vida toda”.

A portaria declaratória dos limites da Raposa Serra do Sol não foi revogada. Essa demarcação constituiu o principal ato do ministro Renan Calheiros relativo à política indigenista. A terra foi demarcada pela Funai e homologada, em 2005, por um decreto do presidente Lula. Em 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a demarcação estava de acordo com a Constituição, pondo fim a 20 anos de luta. Mas essas já são outras histórias...

O Grande Acre

A história do Acre é singular e confunde-se com a história da Bolívia. O seu território é originalmente boliviano, embora tenha sido colonizado por migrantes nordestinos fugidos das secas severas que se sucederam, após 1870, e atraídos pela demanda por seringa nativa gerada pela revolução industrial. A Bolívia foi arrasada durante a Guerra do Pacífico (1879-1883) e cedeu extensa região da sua Amazônia para uma corporação norte-americana, produzindo um levante dos colonos brasileiros, liderados por Plácido de Castro e que chegaram a fundar uma república independente que durou dois anos, até a aquisição do território do Acre pelo Brasil, na bacia das almas boliviana.

Com a anexação do Acre, a antiga fronteira entre o Brasil e a Bolívia, constituída fundamentalmente por linhas secas, passou a ser a fronteira entre o Amazonas e o Acre. Que me perdoem os amazonenses, mas trata-se de uma fronteira artificial, que não contempla acidentes geográficos referenciais. Linhas secas que atravessam o alto curso de alguns dos afluentes da margem direita do Amazonas, como os rios Purus e Juruá, segmentando as respectivas bacias. Uma frontei-

ra que também desconsidera a melhor logística para atender as demandas das populações regionais, historicamente isoladas.

Vem de longe a discussão sobre a redivisão territorial da Amazônia. A literatura geopolítica brasileira faz fartas referências à irracionalidade administrativa de estados excessivamente extensos, como o Pará e o Amazonas. Outras aberrações desse gênero foram corrigidas, com o desmembramento de Mato Grosso, e a autonomização de Mato Grosso do Sul, e de Goiás, dando origem ao Tocantins. Antigos territórios federais, como o próprio Acre, Roraima e Amapá, foram promovidos à condição de estados. Outras propostas específicas de divisão foram rejeitadas, como o desmembramento das regiões do Tocantins e de Carajás, no Pará.

O caso do Amazonas, com 1.571.000 km² ou quase três vezes o território da França, é o mais gritante. Semanas de viagem por barco separam Manaus dos municípios mais distantes, tornando hercúleos os esforços dos cidadãos e das administrações locais para manter as relações com a capital. Assim como são gigantes os custos de logística para qualquer ação administrativa do Estado nas suas regiões mais remotas. Não por acaso, a presença do governo federal é muito maior do que a do governo estadual no alto curso dos rios Negro e Solimões, regiões para as quais existem propostas de criação de novos territórios federais.

Há situações inusitadas na região. A distância entre Boca do Acre (AM) e Manaus, capital do estado, é de 1.556 km pelas BRs 319 e 364, mas de apenas 222 km para Rio Branco, capital do Acre. Ipixuna (AM) não é acessível por estrada e fica a mais de 4 mil km da capital estadual pelo sinuoso Rio Juruá. Cruzeiro do Sul é a segunda maior cidade do Acre. Está situada na fronteira

estadual e é o polo de referência em abastecimento e serviços para o extremo sudoeste do Amazonas. Assim, sempre me pareceu lógico que, no contexto objetivo de um projeto de redivisão territorial da Amazônia, os municípios amazonenses que fazem fronteira com o Acre deveriam ser a ele incorporados, facilitando a atenção administrativa às demandas da sua população e à gestão territorial da região como um todo.

Jorge Viana foi eleito governador do Acre em 1998, reelegeu-se em 2002 e elegeu sucessores, implementando uma política de alianças própria e colocando fim em décadas de profundo obscurantismo político e violência social no estado. Foi o desdobramento histórico de movimentos sociais que alteraram profundamente as correlações locais de forças. Desses, a Aliança dos Povos da Floresta e a inspiração de Chico Mendes foram os exemplos mais conhecidos. Também emergiu desse processo a figura emblemática da Marina Silva, que arrebanhou mais de 20 milhões de votos em duas eleições presidenciais recentes.

Além dos fatores logísticos e administrativos, o novo contexto político acreano também favorecia a discussão de projetos de futuro mais arrojados do que a mera gestão do *status quo*. No meu primeiro encontro com o Jorge Viana após sua eleição, perguntei se ele achava oportuno levantar o debate sobre incorporar aqueles municípios ao estado, cuja realidade de abandono e de isolamento ele conhecia muito melhor do que eu. E ele me perguntou se o ISA poderia fazer um mapa representando esse cenário de incorporação, para facilitar o seu entendimento e o debate da questão, o que eu me dispus a providenciar.

Só que os técnicos em geoprocessamento do ISA reagiram vigorosamente a essa demanda, digamos, in-

duzida. “Não inventamos mapas!”, me disseram, reafirmando que os produtos cartográficos do ISA resultam de cruzamentos de dados oficiais, sejam físicos (hidrografia, relevo, vegetação) ou políticos (fronteiras, cidades, estradas). Ponderei que os limites dos municípios amazonenses eram oficiais, que não se tratava de inventar, mas de reorganizar, que também não se tratava de um produto para publicação, mas de um cenário cartográfico para estudos e discussões por grupos específicos de trabalho, dispensando a identificação do autor.

O laboratório de geoprocessamento produziu, então, o desenho do cenário cartográfico demandado, com legendas explicativas e sem identificação de autoria. E eu o enviei para o Jorge Viana, junto com um bilhete que pedia comentários para o seu aperfeiçoamento. Dias depois, no contexto de uma coletiva de imprensa, o governador abriu e apresentou o mapa para os jornalistas, agradecendo a contribuição do ISA para o debate e defendendo o sentido lógico e humano da redivisão territorial sugerida.

No dia seguinte, o jornal A Crítica, de Manaus, estampou o mapa em uma matéria, com chamada de capa, que denunciava o expansionismo do Acre – com a colaboração do ISA – que, por sua vez, atua na Bacia do Rio Negro, no Amazonas, e não no Acre. A mídia manauara repercutiu a notícia, incrementando a retórica regionalista, como se tivesse havido uma armação entre um governador imperialista e uma ONG traíra.

O Jorge Viana não tinha nada de imperialista e já havia herdado problemas suficientes no seu estado. Ao dar publicidade ao mapa e à proposta, estava preocupado com a situação das populações isoladas dos municípios amazonenses limítrofes, que recorrem comumente às principais cidades do Acre para necessidades bási-

cas. A reação amazonense irracional não deu espaço à discussão madura sobre racionalidade administrativa, e o governo do Acre tampouco tinha interesse numa disputa interestadual.

E sobrou para mim... Foi como se questionar a atual divisão territorial da Amazônia fosse alguma molecagem política, quando, na verdade, essa reação manipula simbolismos das antigas relações de dominação que marcaram o apogeu do ciclo da borracha. Até a galera do ISA ficou me estranhando, tanto os técnicos do geoprocessamento quanto os que atuam no Amazonas. Não disseram nada, mas ficou aquele clima de “nós avisamos”.

Longe de mim querer magoar os amazonenses, manauaras, ou desonrar aquele formoso estado. Tampouco me propus a beneficiar o Acre em seu detrimento. O foco da preocupação deve ser a população regional isolada e a melhor forma de atender as suas demandas em relação ao poder público. O que eu acho que também faria bem aos manauaras e à Amazônia em geral. Se tratarmos as fronteiras estaduais como se fossem cláusulas pétreas, perderemos a capacidade de organizar de forma mais adequada a gestão do nosso imenso território e de melhorar a atenção à população e a sua qualidade de vida.

Anos depois, o IBGE arbitrou uma disputa territorial cartográfica entre o Acre e o Amazonas, optando por uma inflexão das linhas secas que compõem a fronteira entre eles, o que implicou a incorporação ao Acre de mais mil km², correspondentes às partes mais remotas dos mesmos municípios amazonenses fronteiriços. O Amazonas contesta em juízo a decisão e considera-se prejudicado por perdas de arrecadação, mas desconsidera que deixará de ter responsabilidades em relação à

área e aos custos, supostamente. Estima-se que 10 mil pessoas vivam nessa área em litígio, que, no entanto, não inclui as sedes municipais. Mas a decisão da Justiça não alcançará a dimensão de uma redivisão territorial tecnicamente planejada.

Continuo achando que a redivisão territorial da Amazônia ajudaria muito a racionalidade administrativa e o desenvolvimento sustentável da região, notadamente por meio da redivisão dos territórios atuais do Pará e do Amazonas. E que faria muito mais sentido subordinar a uma administração estadual sediada em Manaus a região de Oriximiná, hoje pertencente ao Pará, do que o extremo sul e oeste da área atual do Amazonas. Não acho que sejam propostas contrárias ao Amazonas, ao Pará, a Manaus ou Belém, mas que promoveriam a reestruturação administrativa da região, em benefício dos seus habitantes e da organização política do país.

Clima, florestas e pimentas indianas

Na virada do século, já havia a Convenção do Clima (1992) e o Protocolo de Quioto (1997) estava assinado e vinha sendo ratificado pelos países para poder entrar em vigor, estabelecendo metas obrigatórias de redução de emissões de gases do efeito estufa para os países industrializados, que desenvolveram, antes dos demais, economias movidas pelo consumo de combustíveis fósseis, o que os caracteriza como emissores históricos responsáveis por iniciar um desejável processo de redução de emissões.

Entre 1998 e 2002, aqueles países deveriam reduzir suas emissões, em média, para 5,2% abaixo dos níveis de 1990. Poderiam fazê-lo no âmbito das suas próprias economias ou por meio de três mecanismos de compensação pelos quais financiariam projetos que promovessem reduções comprovadas em outro país. Um deles, o MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – permitia a execução de projetos compensatórios em países em desenvolvimento, como o Brasil, que não dispunham de metas obrigatórias de redução das suas emissões. A regulamentação desses mecanismos estava em plena negociação.

Florestas

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) acompanhava as negociações internacionais sobre o clima em parceria com o Environmental Defense Fund (EDF) e outras organizações, com foco no papel das florestas tropicais para o clima e nas emissões de gases do efeito estufa oriundas do desmatamento. Embora a queima de combustíveis fósseis represente mais de 80% das emissões globais, a gravidade da crise requer providências também em relação às emissões decorrentes da destruição florestal e das queimadas, sobretudo nas florestas tropicais, que retêm mais carbono.

Essa é a interface da crise climática que toca mais de perto ao Brasil, que tinha, então, uma composição das suas emissões fortemente invertida em relação aos países industrializados, com a maior parte constituída por emissões florestais, e não pela queima de combustíveis fósseis. Assim, a maior contribuição que o país poderia dar ao esforço global no combate às mudanças climáticas seria pela redução do desmatamento, o que continua valendo até hoje. Embora o MDL tenha sido formatado para projetos de energia, seria a única porta de entrada para projetos de desmatamento evitado, cuja elegibilidade potencializaria a contribuição do Brasil para a mitigação das emissões globais e ainda traria benefícios associados.

Porém havia uma enorme resistência a se admitir no MDL projetos de redução do desmatamento. Uma parte da comunidade científica temia pelo grau de incerteza dessas iniciativas e pelo risco de que a compensação pretendida não fosse efetiva. Havia o receio de que os países industrializados se limitassem a

comprar créditos gerados por esses projetos, em vez de fazerem sua parte no enfrentamento da crise climática. As ONGs do hemisfério norte pressionavam seus governos para mudar a matriz energética e viam os projetos compensatórios como válvulas de escape capazes de retardar essa mudança.

Além disso, o governo brasileiro, que foi protagonista na instituição do MDL e deveria ser o principal interessado em ampliar o mecanismo para projetos de redução do desmatamento, vetava-os radicalmente, arguindo um rosário de objeções técnicas, mas temendo cobranças externas pelo eventual descumprimento de compromissos assumidos. O Brasil é o maior detentor de florestas tropicais e era, então (depois foi superado pela Indonésia), responsável pelo maior volume de emissões de origem florestal e um dos cinco maiores emissores globais.

Ipam e aliados defendiam a elegibilidade de projetos de redução do desmatamento no MDL para viabilizar recursos em escala para a proteção das florestas, mas eram acusados de pretender fragilizar o regime internacional de combate às mudanças climáticas em estruturação, introduzindo nele um fator de incerteza. Uma cortina de desconfiança minava o tratamento da questão florestal nas negociações internacionais porque os Estados Unidos, resistindo à ratificação do Protocolo de Quioto, reivindicavam descontar da sua meta de redução o carbono absorvido por florestas coníferas em regeneração.

Entrando no clima

Em 1999, o Paulo Moutinho, diretor executivo do Ipam, e o Steve Schwartzman, especialista em mudança climática do EDF e também fundador do ISA, pediram

minha ajuda para tentar desbloquear o tratamento da questão florestal nas negociações internacionais sobre o clima. Queria que eu os acompanhasse na próxima conferência das partes da Convenção do Clima para fazer um diagnóstico político da situação.

Eu tinha apenas uma vaga noção do assunto e fiquei impressionadíssimo com o que eles e o Daniel Nepstad, então pesquisador do Woods Hole Research Center (WHRC), ensinaram-me sobre mudança climática, que ainda era tratada como uma ameaça futura, e logo compreendi a sua importância. Participar de conferências da ONU, que costumam ocorrer nos frios dezembros do hemisfério norte, não me agrada, mas a relevância da causa me motivou.

Fiquei pasmo com o tratamento equivocado que se dava na ONU às florestas tropicais. Aliás, preferiam falar em “sinks” em vez de florestas, já revelando, no nome, o caráter redutor da sua abordagem. Não se discutiam soluções para as emissões resultantes da destruição das florestas, nem o papel essencial que exercem para a regulação do clima ao reterem na superfície da Terra um estoque gigante de carbono que, liberado na atmosfera, anularia outros esforços pela redução de emissões. A maioria dos negociadores internacionais não sabe o que é floresta tropical e só a enxerga como um absorvente de carbono, subvertendo negociações.

Nova Délhi

O MDL foi regulamentado em 2001, por meio dos Acordos de Marrakesh, e projetos de desmatamento evitado ficaram excluídos. Em 2002, houve um novo salto nas taxas de desmatamento da Amazônia e nós resolvemos denunciá-lo na conferência seguinte, em dezembro, em Nova Délhi, Índia. O Ipam já estava credenciado para

a conferência e propôs um “side event” sobre o tema, que foi aprovado, com hora e local definidos na programação. Eu, Paulo, Steve, Erika Pinto (Ipam) e Annie Peterson (EDF) compusemos uma delegação.

Na primeira noite em Nova Délhi, fomos jantar num restaurante autenticamente indiano. Aparentemente éramos os únicos estrangeiros. O cardápio era escrito em híndi e não tinha tradução em inglês. Pedimos instruções ao garçom, mas eu, com o meu inglês macarrônico, não entendi nada do que ele disse com sotaque indiano. Resolvi, então, fazer uma aposta icônica. Alguns pratos tinham elefantinhos grafados à frente dos seus nomes. Umas gracinhas! Escolhi o prato mais prendado, com quatro elefantinhos.

O jantar foi servido com pompa e circunstância. O meu prato estava exuberante, mas quando eu abocanhei a primeira garfada tive a súbita sensação de estar me transformando num dragão. Elefantinho significa pimenta! Eu não teria a menor condição de prosseguir naquela refeição se não fosse acudido por um hindu que estava na mesa ao lado e percebeu a situação. Gentilmente, ele me ensinou que o iogurte que estava num pote ao lado atenuaria o ardor da pimenta e deveria ser ingerido concomitantemente.

Como bom libriano, adorei aquele balanço e devorei tudo a que tinha direito. Na volta ao hotel, uma erupção estomacal já ia se armando e seguiu-se uma noite impressionante. Tive medo de derreter e ter de ser internado naquele lugar estranho com desidratação galopante, ao ponto de resistir ao sono, mesmo estando quebrado por conta da longa viagem até a Índia. Luz acesa, televisão ligada, dois travesseiros, fazendo esforço para refletir sobre a missão iniciada em vez de ficar só pensando em merda.

Compensação entre países

Lá pelas tantas, fez-se a luz! Tínhamos sido derrotados na pretensão de incluir a redução do desmatamento no MDL. Ele já regulamentado, não fazia mais sentido reabrir aquela discussão. O desenho do MDL como um conjunto de projetos pontuais não favorecia mesmo a inclusão de projetos de desmatamento evitado. Mas as emissões florestais continuavam crescendo e o seu impacto climático justificava um mecanismo próprio para induzir a sua redução. Mas como?

Constatei, então, que a maior parte das objeções técnicas suscitadas contra projetos de desmatamento evitado tinha a ver com a escala limitada desses projetos e que o risco de apenas deslocar os desmatamentos, em vez de reduzi-los, ou de superestimar o seu benefício climático seria irrelevante se a relação compensatória se baseasse na evolução de taxas nacionais de desmatamento, e não em projetos pontuais.

Só o Brasil dispunha de um sistema de monitoramento oficial suficientemente robusto para medir o desmatamento (restrito à Amazônia) com uma sequência histórica de dados, realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Algo que outros países detentores de grandes extensões de florestas poderiam desenvolver, com metodologias compatíveis e internacionalmente reconhecidas.

Duvidei daquele surto visionário. Estava exausto, debilitado e, talvez, alucinado. O dia clareava, a atividade vulcânica estava cessando e eu precisava dormir um pouco para estar bem na nossa apresentação, algumas horas adiante. Anotei os elementos principais daquela ideia, e desmaiei. Acordei com um telefonema do Paulo, chamando para organizarmos o evento.

No hall de entrada

Eis que quando chegamos ao local do evento, a sala por nós reservada estava ocupada por uma reunião – atrasada – de delegações de vários países. A hora avançava, a reunião oficial não terminava, os convidados já estavam chegando e não havia onde sentar. A sala ficava no térreo. Contornei o prédio por um gramado e constatei, pela vidraça, que a reunião estava sendo presidida por um membro da delegação oficial brasileira que se opunha à nossa postulação. Ele deu um risinho sarcástico quando me viu espiando. Não havia como provar que a reunião estava sendo prolongada com a intenção de inviabilizar a nossa apresentação, mas eu surtei de raiva.

Voltei para o hall que dava acesso à sala, puxei o Paulo e o Steve num canto e propus fazermos a apresentação ali mesmo. Eles disseram que eu estava doido, que aquele não era um local de reuniões e apontaram para um policial indiano que vigiava o hall. Sugeri que eles fossem ajustando os equipamentos para projetarmos a apresentação em PowerPoint na maior parede, mas o Paulo disse que faltava um cabo de extensão de energia para ligar o equipamento.

Fui até o policial e mostrei a programação dos eventos com a designação da hora e do local da nossa apresentação. Disse-lhe que não queríamos atrapalhar a reunião oficial, mas que pessoas estavam se aglomerando para assistir à nossa apresentação e que, então, ela seria feita ali mesmo no saguão. Disse que nos faltava um cabo de extensão e que eu sabia que a função dele era outra, mas estava disposto a pagar US\$ 100 caso ele pudesse nos ajudar. O policial logo voltou com um cabo e não se importou com o improviso do evento.

A apresentação foi um sucesso! O Paulo arrasou no PowerPoint e os dados, fotos, mapas e gráficos projetados impressionaram a galera. O hall estava lotado de delegados, militantes, cientistas e jornalistas sentados no chão e dando a maior atenção. Ao ponto de os participantes da reunião oficial só conseguirem deixar a sala pela vidraça, quando resolveram encerrá-la.

O Steve me acudiu com a tradução e eu encerrei o evento dizendo que o desmatamento estava se agravando e não poderia ficar sem solução. Pedi que os presentes fizessem alguma proposta melhor do que a rejeitada, mas ninguém se atreveu. Prometi, então, apresentar uma nova proposta na conferência seguinte, provocando a audiência a apresentar soluções mais adequadas no caso de uma nova rejeição.

Nova proposta

Paulo e Steve ficaram chocados com a minha promessa. Logo após a dispersão da plateia, me puxaram para um café, muito apreensivos com a gravidade do compromisso que eu tinha assumido publicamente. Contei, então, sobre a fatídica madrugada e sobre o raio de luz que me acometeu, explicando que não tinha dado tempo para conversarmos antes. Tirei do bolso a folha do bloquinho de recados e passei a descrevê-la. Eles acolheram a ideia com entusiasmo e fazendo, de imediato, várias sugestões de aprimoramento.

Eu e o Paulo publicamos no jornal Folha de São Paulo um artigo com um resumo dela. Steve reformatou-a para facilitar a sua inserção nos arranjos climáticos em negociação e agregou a contribuição da Lisa Curran sobre o caso da Indonésia, dando pegada mais ampla à proposta. O Daniel Nepstad revisou e atualizou os dados e o desenho do novo mecanismo, e o pesqui-

sador Carlos Nobre melhorou a formulação da linha de base sugerida para se calcular compensações.

Essas cinco pessoas transformaram o meu rascunho de hotel num artigo científico intitulado “Tropical Deforestation and the Quioto Protocol”, publicado pela revista *Climate Change*, em 2005, que foi citado mais de mil vezes em artigos acadêmicos posteriores e é, hoje, considerado um clássico. Estava lançada a proposta de “redução compensada do desmatamento”, precursora do atual mecanismo chamado de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+).

Acho que eles vão contar os capítulos seguintes dessa história, se é que já não contaram. Registro apenas que nós apresentamos a proposta para a então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ainda no início de 2003, pedindo uma avaliação do governo a respeito. Na conferência seguinte, em Milão, nós a apresentamos publicamente, conforme a promessa de Nova Délhi, e o Carlos Langoni, secretário-executivo do ministério e chefe da delegação brasileira, compareceu ao evento, prometendo uma decisão de governo durante 2004. Meses depois, eu e o Paulo fomos convocados para uma reunião no Itamaraty, quando nos informaram que a proposta seria assumida, em parte, pelo governo.

Finalmente

Dia desses, um jovem pesquisador da questão climática me perguntou se eu era o pai do REDD, mecanismo gerado para lidar com a questão florestal na continuidade das negociações internacionais. Respondi que participei dessa gênese, mas que se fosse meu filho chamaria-se “CREDD”: faltou um “C” para garantir o compromisso com compensações efetivas.

Nessa rota, eu até poderia virar avô do Fundo Amazônia, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um desdobramento da política pró-REDD da Noruega em acordo com o governo brasileiro. Nós participamos da sua criação e do seu desenho e sabemos que ele apoia ótimos projetos.

Mas o que nós propusemos foi um mecanismo compensatório de caráter macroeconômico, e não um fundo de projetos. O agravamento da crise climática e da situação das florestas ainda poderá ensejar um mecanismo de escala para substituir as precárias opções de subsistência e de produção predatória que predominam nas regiões de florestas.

A boa notícia

Passei anos dando palestras sobre mudança climática, desde quando me dei conta da sua gravidade e até que informações suficientes fossem se espalhando pela sociedade. Falei para estudantes, militantes, técnicos de governos e funcionários de empresas, focando a relação entre as florestas e o clima, sua interface mais relevante para o país, que mantém a maior extensão de florestas tropicais e é o sétimo maior emissor de CO₂ por causa do desmatamento e das queimadas, sobretudo na Amazônia.

Falar do assunto com várias gentes é um trabalho gratificante, que abre olhos, inclusive os meus. A importância do tema exige que todos possam se apropriar dele e reunir forças suficientes para reverter a crise climática. A cada conversa, eu aprendia mais com a percepção empírica das instituições e das pessoas sobre a situação atual do planeta. Entre todos os públicos visitados, os índios foram os que mais me surpreenderam.

Imaginava que seria mais difícil informar sobre um processo de natureza antrópica vivenciado por uma civilização diversa. Mas as percepções indígenas sobre a mudança climática são aguçadas e somam a observação empírica sobre alterações nos regimes de chuvas e

no comportamento de animais e plantas com as referências pertinentes nos seus mitos.

Eu sempre escolhia expressões do senso comum para substituir os principais conceitos da ciência do clima, como “mitigação”, “adaptação”, “emissões de CO²”, “combustíveis fósseis”. Valorizava os tradutores e reservava bastante tempo para que os públicos indígenas pudessem conversar nas suas próprias línguas sobre as informações que iam pintando.

Em 2008, fui falar sobre esse assunto num curso de formação para professores Yanomami, na aldeia do Catrimani, na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Há uma missão salesiana no lugar e uma boa infraestrutura para alojamento e reunião. O curso foi organizado por Lídia Castro e pela equipe do ISA, que apoia os índios. Estavam lá uns 40 jovens, homens e mulheres de várias aldeias, com os quais pude conversar o dia inteiro.

Fui iniciado em assuntos relativos aos Yanomami, há décadas, por pessoas muito queridas, como o Rubens Beluzzo Brando, Cláudia Andujar, Carlo Zaquini e Davi Kopenawa, com os quais participei da luta pela demarcação do território. Depois, passei alguns anos mais distante e não tinha ideia de que já houvesse entre eles tantos professores formados. As minhas relações pessoais limitavam-se à geração precedente e era o meu primeiro encontro com aquelas pessoas.

Comecei dizendo que estava muito feliz de retornar ao território Yanomami, mas que também estava triste porque não lhes trazia boas notícias. Adverti que iríamos falar de um assunto muito preocupante e provavelmente trágico.

Mostrei-lhes uma montanha de fotos sobre poluição urbana, derretimento de geleiras, tempestades, inundações, aumento do nível dos oceanos. Vimos ma-

pas sobre desmatamento e imagens de queimadas e do cobertor de gases envolvendo a Terra. Também informei sobre a ONU e a Convenção do Clima, os relatórios dos cientistas e as negociações entre os países, sempre destacando o tratamento dado – ou negado – à questão das florestas tropicais.

Os professores Yanomami interrompiam sempre, perguntavam muito e pediam tempo para digerir as informações na própria língua. Foi uma discussão extensa, intensa, multifacetada, criativa e impressionante. No final do dia, cansados, concluímos a conversa, satisfeitos e emocionados. Depois de me despedir, tomou a palavra o Dário Yanomami, então coordenador da Hutukara (organização dos Yanomami) e filho do Davi Kopenawa, para agradecer minha presença. E terminou dizendo que tinha apenas uma correção a me fazer:

– “Você chegou dizendo que nos trazia más notícias, mas, na verdade, nos trouxe uma boa notícia. Nós já sabíamos que vocês estavam acabando com o mundo e, agora, ficamos sabendo que vocês também estão sabendo.”

Juruna devolveu a grana do Maluf

Texto publicado originalmente no site do ISA, em 30 de maio de 2017:
<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/juruna-devolveu-a-grana-do-maluf>.

As oposições ao regime militar deram um banho no governo nas eleições de 1982. Pela primeira vez, após 20 anos, estávamos elegendo governadores pelo voto direto. O PMDB venceu nos principais estados, inclusive em São Paulo e Minas Gerais, onde foram eleitos Franco Montoro e Tancredo Neves, respectivamente. No Rio de Janeiro, ganhou o PDT com Leonel Brizola, que havia retornado do exílio com a aprovação da Lei de Anistia.

Com o deslocamento de grande parte do eleitorado para as oposições, aquelas candidaturas majoritárias ajudaram a puxar uma representação parlamentar renovada, com muitos jovens, de diversos partidos, que não haviam exercido outros mandatos eletivos e que, grosso modo, estavam num campo político mais “progressista”. Foi o meu próprio caso, com a conquista de um mandato de deputado federal. Assim como foi o caso do saudoso Mário Juruna, nativo da Terra Indígena xavante de São Marcos, em Mato Grosso, mas que também havia sido eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, pelo PDT, com mais de 80 mil votos, na esteira da vitória do Brizola.

Enganam-se os que pensam que a eleição de Juruna foi um caso de caricatura político-eleitoral. Ele havia se transformado num personagem midiático efetivo,

carregando consigo um gravador em que ia registrando afirmações e promessas de ministros de Estado e políticos em geral, tornando públicas essas gravações quando eles agiam em desacordo com as próprias afirmações ou descumpriam promessas. A utilização por um índio da tecnologia dos “brancos” para desnudar a mentira na política e a forma, entre corajosa e ingênua, com que ele fazia aquilo produziam grande empatia nas pessoas, que queriam se livrar do pesado silêncio imposto pelo regime militar ainda vigente.

Quando chegamos à Câmara, o seu presidente era Flávio Marcílio, um governista que havia apoiado a ditadura desde sempre. Ele era hábil nos bastidores e tratava bem todo mundo. Mas foi especialmente generoso com Mário Juruna, dando-lhe todo o apoio para que se instalasse em Brasília e, sobretudo, promovendo a criação da Comissão do Índio, como instância técnica permanente da Casa e que foi presidida por Juruna durante toda a legislatura.

Fato é que aquela comissão teve funcionamento muito efetivo, com reuniões regulares, e pautou os principais casos de conflitos ou pendências relativas aos povos indígenas. A questão indígena nunca havia tido visibilidade política equivalente, e a iniciativa de Marcílio prestou serviço à causa, embora ele não fosse de dar ponto sem nó. A atuação persistente e corajosa de Juruna possibilitou uma intervenção da Câmara em situações graves, produzindo recomendações ao governo e ajudando a solucionar conflitos. Havia uma disputa feroz de interesses e vários deputados eram representantes de estados e territórios federais, como Roraima, em que os conflitos envolvendo os povos indígenas eram graves. Fui indicado para liderar a representação do PMDB na Comissão, o que me dava o direito de exercer

o voto de bancada, que era majoritária. Com isso e mais o voto de Juruna, podíamos garantir maioria e grande poder de negociação com os demais membros. A questão indígena conquistou espaço inédito no Congresso.

Muito além da causa indígena

Naquela legislatura, desenvolvemos o costume de visitar regiões conflagradas do país para trazer os principais problemas para discussão no Congresso. Íamos em grupos de uns 20 deputados, às nossas próprias custas, fazíamos um grande barulho localmente, repercutindo as viagens no plenário e nas comissões da Câmara, cobrando autoridades e dando visibilidade a conflitos tradicionalmente abafados por poderosas forças locais.

Numa dessas viagens, visitamos o sertão do Ceará e do Piauí, assolado por mais de uma década de seca e, principalmente, por uma concentração fundiária que jogava milhares de pessoas em beiras de estradas e na periferia das cidades, sem água, comida e serviço de saúde. O desespero estava estampado na cara das pessoas. A nossa comitiva ia parando na beira das estradas, ouvindo clamores do povo e falando horrores do governo militar. Chegamos a Crateús (CE). O prefeito e outras autoridades deixaram a cidade para não nos receber. Também determinaram às rádios e aos jornais que não nos dessem qualquer espaço.

Foi, então, que resolvemos sair andando pela principal avenida da cidade, cumprimentando e nos apresentando às pessoas que passavam e juntando pequenos grupos para ouvir e falar sobre a situação. A presença de Juruna fazia toda a diferença. A fofoca inicial – “tem um bando de deputados na cidade” – logo deu lugar a outra, que se espalhou como pólvora: “o Juruna está andando na avenida!”. Os grupos iam se juntando, outras

peças chegavam e, em pouco tempo, tínhamos uma passeata com mais de duas mil pessoas protestando contra o governo e exigindo apoio mais efetivo para suportar a seca.

Com isso, quero dizer que a atuação do Mário foi muito além da questão indígena. Participamos juntos da campanha pelas “Diretas Já” e perdemos juntos na votação da emenda Dante de Oliveira na Câmara, que previa as eleições diretas para presidente. Foi lançada a candidatura do Tancredo Neves à presidência pelo PMDB, com apoio do PDT e de outros partidos, para derrotar o regime militar no Colégio Eleitoral. Todo o processo abriu uma dissidência na base parlamentar do regime militar. A emenda não foi aprovada, mas 50 votos governistas foram dados à oposição. O então governador de São Paulo, Paulo Maluf, derrotou na convenção do partido governista, o PDS, o candidato dos militares, Mário Andreazza, ampliando o racha no governo. E Flávio Marcílio foi escolhido seu vice.

O dinheiro de Maluf

A poucos dias da reunião do Colégio Eleitoral que escolheria o próximo presidente, fui procurado por Porfírio Carvalho e Odenir Pinto, dois importantes indígenas da Funai, cedidos à Câmara para assessorar Mário Juruna. Pinto tinha o Xavante como língua materna. Ambos pediram para conversarmos a sós, pois ninguém poderia nos escutar. Odenir foi direto ao ponto: “O Mário pegou dinheiro do Maluf! Nós desconfiamos, apertamos ele e ele confessou”. Porfírio completou: “Brigamos com ele, mas não conseguimos movê-lo. Acreditamos que só você poderá reverter a decisão dele”. Fiquei pasmo com a novidade, pedi a eles que não comentassem nada com ninguém, pois a eventual publicidade disso provo-

caria um forte impacto sobre o mandato do primeiro indígena eleito para o Congresso.

Naquela mesma noite, ao final da sessão, disse ao Juruna que precisava conversar com ele a sós. Encontramo-nos umas onze horas da noite, num banco de jardim da quadra onde morava. Eu lembrei a ele das nossas andanças pelo país, da campanha das “Diretas Já” e do desejo que constatávamos nas pessoas de todos os cantos do país de superar aquele tempo de ditadura e conquistar a democracia, como condição de podermos vir a influir mais efetivamente na vida do país e no futuro dos nossos filhos. Falei que a candidatura do Maluf representava a continuidade de um regime que já havia causado muito sofrimento aos brasileiros, inclusive aos índios. E que nenhum dos amigos dele, nem parentes, nem eleitores, iriam concordar que votasse no candidato do governo.

Juruna reagiu: “Eu não conheço esse Maluf, eu não conheço esse Tancredo, quem eu conheço é o Flávio Marcílio, que sempre foi muito bom para mim”. Retruquei: “Você deve, mesmo, reconhecer o que ele fez para te ajudar a ajudar os índios, mas ele não pode querer que você vote contra o seu próprio povo. Ele não faria isso por você. E tem mais, Mário: o Maluf vai perder e tudo o que ele tem a oferecer é dinheiro. Quem estiver do lado dele ficará marcado como corrupto”. Ele disse que ia pensar no que eu disse. Chegando ao hotel, liguei para o Porfírio, relatei a conversa, e pedi que ele sondasse o Mário e me avisasse caso a situação permanesse a mesma. Nesse caso, eu iria imediatamente para o Rio de Janeiro conversar com Darcy Ribeiro e Brizola em busca de ajuda.

Eis que na manhã seguinte, antes mesmo de passar pelo gabinete, Mário Juruna ligou para o comitê de

imprensa convocando os jornalistas para uma coletiva que aconteceria logo mais, na agência do Banco do Brasil, no Anexo 4 da Câmara dos Deputados. Mário apareceu lá na abertura da agência e entrou na fila de atendimento, com uma caixa de papelão na mão. Jornalistas e cinegrafistas a postos. Quando chegou a sua vez de ser atendido, ele se virou para a plateia disponível e falou, quase gritando:

– “Estou devolvendo esse dinheiro para depositar na conta do dr. Calinheiro!”, que era como ele chamava o Calim Eid, chefe da Casa Civil do Maluf no governo paulista e “trem pagador” da sua campanha presidencial.

Foi um tremendo auê! A cena passou em todos os telejornais. Todo mundo sabia dos métodos malufistas de compra de votos, tanto que seu nome se transformou em verbo. Mas ainda não havia acontecido uma situação daquelas, de denúncia pública e, muito menos, de devolução de dinheiro. Escândalo nacional de corrupção eleitoral!

Vi a cena pela TV no meu gabinete e saí correndo para o banco. Quando cheguei, o Mário já tinha saído. O caixa me disse que tinha entregado a caixa para o gerente, até por que o Calim Eid não tinha conta naquela agência e ele não sabia o que fazer com o dinheiro. Por sua vez, o gerente levou o dinheiro para a secretaria-geral da Mesa Diretora da Câmara. Era então o único caso de um deputado ter devolvido espontaneamente (não se sabe bem para quem) algum dinheiro de origem ilícita que tivesse recebido.

Claro que o auê estendeu-se à campanha eleitoral, que era uma mobilização pública, de rua, apesar do Colégio Eleitoral. O episódio acabou fortalecendo a campanha do Tancredo e encurralando Maluf, mas o desgaste também sobrou para o Mário. Eu, ele e dois terços

daquele Colégio votamos em Tancredo, para, depois, assistirmos, juntos, à posse de José Sarney, em vista da doença – e depois a morte – de Tancredo. Assim como havíamos votado juntos pelas eleições diretas e pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Vencedores e derrotados

Nas eleições seguintes (1986), para a Constituinte, eu e ele fomos derrotados, assim como uma parte considerável dos segmentos mais “progressistas” da Câmara. Apesar da ampla vitória das oposições, nos principais estados governados pela oposição, houve uma reciclagem mais conservadora das bancadas, com um predomínio dos candidatos ligados à máquina de governo, tanto no caso do PMDB de São Paulo, quanto no do PDT do Rio de Janeiro.

De volta a Brasília para limpar gavetas, encontrei Mário no túnel que leva ao plenário da Câmara. Ele me viu, saiu da esteira eletrônica e me esperou entre duas delas. Quando o alcancei, nos abraçamos e choramos muito. Ele disse então uma frase em xavante, que eu não compreendi, emendando outra em português: “Quem não devolveu, ganhou!” É impossível transmitir a outros a dor que se sente quando se perde uma eleição...

Voltei para trás com ele. Fomos tomar café e conversar. Mostrei que muitos dos que “não haviam devolvido” também haviam perdido, assim como muita gente boa havia vencido. A Constituinte não seria tão má com a ausência da gente. Mas estávamos igualmente apreensivos sobre como se daria nela, então, o tratamento aos direitos indígenas.

Porém, também aí, surgiram outros interlocutores e, após memoráveis batalhas, a Constituição brasileira passou a contar com um capítulo específico para

reconhecer os direitos originários dos índios. O último do texto constitucional e o primeiro da história. Não há uma relação palpável de conteúdo entre a atuação da Comissão do Índio e o “Capítulo dos Índios”, mas nós acreditamos que a experiência da primeira ajudou a criar um ambiente, inédito, para que o segundo fosse possível. Só que a Comissão foi extinta e nunca mais o Brasil teve um deputado índio.¹

1. Em outubro de 2018, mais de um ano e meio depois da publicação deste texto no site do ISA, foi eleita a primeira deputada federal indígena da história do país, Joênia Wapichana (Rede-RR).

O Encontro de Canarana

Texto publicado originalmente no site do ISA, em 17 de Julho de 2017: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu-blog-do-ppds/o-encontro-de-canarana>.

Entre 1995 e 2005, o desmatamento na Amazônia brasileira manteve índices pornográficos. Os 225 mil km² então desmatados no período representaram quase 20 bilhões de toneladas de CO₂ lançados na atmosfera e levaram o Brasil às primeiras posições no ranking dos maiores emissores de gases do efeito estufa. Mato Grosso foi o estado que mais desmatou no período, seguido de perto por Pará e Rondônia.

O nordeste de Mato Grosso foi das regiões mais afetadas. A expansão da soja e de outras culturas intensivas nos cerrados mato-grossenses empurrou a pecuária extensiva rumo à floresta amazônica, num processo alimentado pela abertura e pavimentação de rodovias federais, como as BRs 158 e 163, que atravessam a Amazônia Oriental do sul para o norte, acompanhando, grosso modo, os divisores de águas entre as bacias hidrográficas do Araguaia-Xingu e do Xingu-Teles Pires.

A rápida ampliação do desmatamento afetou a região das nascentes e formadores do Rio Xingu, numa espécie de “abraço da morte” ao redor do Parque Indígena do Xingu (PIX), a mais conhecida e emblemática terra indígena do país, cujo reconhecimento oficial, em 1961, foi obra dos irmãos Villas-Bôas.

A delimitação dessa área priorizou linhas secas e excluiu os principais formadores do Xingu, resultando numa extensão bem menor do que a inicialmente proposta. Embora o território do PIX tenha se mantido íntegro em boa medida, os povos indígenas xinguanos passaram a sofrer impactos crescentes, sobretudo por conta da erosão, do fogo, do lixo e dos agrotóxicos levados pela água, comprometendo o seu uso pelos índios e alimentando conflitos com os fazendeiros vizinhos.

Durante anos, os técnicos do ISA ouviram reclamações dos índios de que a qualidade da água estava piorando. Não seria difícil para a organização denunciar o “abraço da morte”. O Xingu é uma referência sobre os povos indígenas e a diversidade socioambiental do país para a grande maioria da população brasileira, que também não aprecia a destruição das florestas. A contribuição das emissões florestais para a crise climática já mobilizava atenções da opinião pública mundial. Porém a simples denúncia da situação não seria suficiente para uma reversão dessa sinistra tendência.

Até então, a atuação do ISA na região estava focada especificamente no apoio aos povos indígenas do PIX. Mas a sua presença física no município de Canarana, a contratação de serviços e a movimentação comercial e financeira nos municípios da região permitiram à organização um contato direto e frequente com as narrativas locais sobre índios e desmatamento. A área é cortada pela linha que divide os biomas do Cerrado e Amazônia, aos quais a legislação florestal atribui obrigações diferentes quanto à extensão da cobertura florestal nas propriedades rurais. Num mesmo município, pode haver imóveis situados em biomas distintos e, portanto, com exigências ambientais diversas.

A principal crítica dos grandes proprietários de terra à legislação florestal referia-se à figura da Reserva Legal (RL), que obriga a conservação da cobertura florestal em 80% da extensão das propriedades localizadas no bioma Amazônia, 35% quando localizadas no bioma Cerrado dentro da Amazônia Legal e 20% nos demais biomas, inclusive nos cerrados não amazônicos. A retórica dominante entre os proprietários da região rejeitava a obrigatoriedade da RL, mas, até em função disso, reconhecia a pertinência das Áreas de Preservação Permanente (APPs), notadamente das matas ciliares. De muitos proprietários, o ISA ouviu considerações de que, enquanto a RL impunha limitações excessivas, a proteção oferecida às APPs era modesta, e que até concordariam em manter (ou recuperar) matas ciliares em maior extensão, embora já houvesse, em 2005, um passivo de 300 mil hectares desse tipo de vegetação na parte mata-grossense da Bacia do Xingu. A narrativa dos fazendeiros também incorporou a consciência de que a água é um ativo fundamental, inclusive para a produtividade agrícola. Muitos deles vinham constatando perdas e danos desse ativo nas suas propriedades em função de desmatamentos desnecessários realizados no passado.

Campanha de recuperação de nascentes

Após um intenso debate interno, o ISA decidiu fazer um investimento institucional para viabilizar uma campanha com foco na proteção e recuperação de nascentes e matas ciliares na Bacia do Xingu. Decidiu, ainda, preferencialmente, articular essa campanha e lançá-la em conjunto com os atores sociais e institucionais da região das cabeceiras do Xingu, incluindo as prefeituras e representantes dos povos indígenas, dos assentados da reforma agrária e dos proprietários rurais e

seus respectivos sindicatos patronais. Para tanto, saí da coordenação do Programa de Política e Direito do ISA para coordenar a articulação dessa iniciativa e, nos meses seguintes, a organização contratou Daniela de Paula e Rodrigo Junqueira, agrônomos atuantes no campo socioambiental, para compor uma equipe de coordenação.

Essa decisão decorreu da avaliação de que esse trabalho teria de se desenvolver, sobretudo, fora do PIX e não deveria comprometer a continuidade dos projetos desenvolvidos em parceria com a Associação Terra Indígena do Xingu (Atix) dentro daquela área. Além disso, o objetivo de recuperar nascentes e matas ciliares em assentamentos e propriedades rurais requeria pessoas com formação técnica distinta da dos técnicos do ISA que já atuavam com os índios.

Mas a organização já vinha realizando há alguns anos, no âmbito do Programa Xingu, o monitoramento do avanço do desmatamento e já dispunha de um mapeamento preliminar dos principais atores sociais e institucionais da região, realizado pela bióloga Rosely Sanches. O instrumento fundamental para a articulação dessa campanha foi um mapa que sintetizava o resultado acumulado desse monitoramento. A imagem do avanço do desmatamento deixava evidente a gravidade e a urgência da situação, mostrando a vulnerabilidade do PIX, para onde todas as águas correm.

A proposta não era a de simples denúncia ou discussão sobre o desmatamento, mas juntar as forças dos atores sociais e institucionais para promover a recuperação de matas ciliares nas propriedades rurais, nos lotes dos assentamentos e em terras públicas, visando reverter a tendência de perda de qualidade e de disponibilidade de água. Além de reunir os sujeitos de direito sobre essas áreas, a articulação da campanha

buscou apoio das escolas municipais, da Escola Família Agrícola de Querência e da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), em Nova Xavantina e Sinop. Foram mobilizadas instituições com relevante presença na região, como a Eubiose, os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) e a Associação dos Fazendeiros do Araguaia-Xingu (Asfax). Prefeituras e organizações de mais de 20 municípios foram visitadas, independentemente da filiação partidária ou da orientação ideológica. A disposição em proteger e recuperar as matas ciliares foi a única condição para aderir à campanha. A então secretária de Agricultura e Meio Ambiente de Canarana, Eliane de Oliveira Felten, deu um suporte fundamental para o início dessa articulação regional.

Afinidade com os índios

Em 2004, o ISA já era bem conhecido na região, sobretudo nos municípios do leste do Xingu, e tinha, já há quase 10 anos, a sede do Programa Xingu instalada em Canarana. Como não poderia deixar de ser, a instituição era regionalmente conhecida por sua afinidade com os povos indígenas, até por que todos os seus projetos eram, então, executados no PIX. Não deixou de causar surpresa a alguns dos nossos interlocutores a iniciativa do ISA em procurá-los, o que também ensejou situações curiosas.

Lembro-me da primeira visita que fizemos à prefeitura de Água Boa, quando fomos recebidos pelo secretário municipal de Agricultura e que já havia sido prefeito da cidade. Ele ouviu em silêncio e atentamente a apresentação que fiz do problema e da proposta de campanha e, quando terminei, ainda esticou um pouquinho o silêncio de forma meio cerimonial e disse: “Eu já tive vontade de te matar!” Diante do meu susto, ele emendou: “Fique calmo, eu não quero mais te matar. Se ainda

quisesse, não estaria te dizendo isso”. “Mas, por quê?”, perguntei. “Por que você e os seus advogados impediram a implantação da hidrovia Araguaia-Tocantins! Eu era o prefeito, construí um porto às margens do Rio das Mortes, mas uma liminar da Justiça Federal impediu a inauguração.” Com efeito, o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) – uma das organizações que formaram o ISA – havia representado em juízo as comunidades Xavante das Terras Indígenas Areões e de Pimentel Barbosa, que seriam afetadas pela hidrovia sem que houvessem sido consultadas a respeito.

Apesar desse karma, nenhum dos nossos interlocutores negou-se a conversar sobre o avanço do desmatamento e suas consequências, assim como ninguém recusou a ideia de uma campanha com foco nas nascentes e matas ciliares. Inclusive os representantes dos grandes agricultores apreciaram a iniciativa do ISA em procurá-los e convidá-los para um trabalho conjunto, em vez de simplesmente denunciá-los. Tomei a decisão, inclusive, de bater à porta da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília, e, por indicação dela, na da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), em Cuiabá, assim como outras organizações de âmbito estadual e federal, sempre com o mesmo problema e a mesma proposta, onde fomos igualmente bem recebidos.

Da mesma forma, foram contatadas a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetragri). O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde, Nilfo Wandscheer, liderou a mobilização das associações dos assentamentos e da agricultura familiar.

Propusemos, então, a todas as partes, a realização de um grande encontro regional para pactuar os termos e condições da campanha. A proposta gerou um desconforto inicial entre representantes dos fazendeiros, preocupados com a possibilidade de sofrerem algum constrangimento numa reunião desse tipo. Os índios também estranharam a ideia de se reunirem com os produtores rurais, o que nunca haviam feito antes, mas aceitaram o convite, ainda que tivessem muitas dúvidas sobre a possibilidade de algum resultado palpável.

O encontro se daria em Canarana. A prefeitura cedeu o centro comunitário para sediar o evento e cerca de 340 pessoas participaram dele, representando os principais segmentos sociais e instituições regionais. Os grandes proprietários não compareceram em massa, mas prestigiaram o encontro. Figuras importantes do agronegócio pactuaram os seus resultados, como Homero Pereira, então secretário de Desenvolvimento Rural de Mato Grosso e presidente da Famato e futuro deputado federal; William Khoury, diretor da CNA; e João Shimada, diretor da Amaggi (maior empresa da cadeia da soja, que pertence à família do ex-governador e ex-ministro da Agricultura, Blairo Maggi); além de Marcos da Rosa, então presidente do sindicato rural de Canarana e futuro presidente da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja).

O encontro durou três dias e a sua metodologia priorizou espaços de autonomia para que cada segmento – índios, assentados da reforma agrária, proprietários rurais e gestores municipais – organizasse a discussão sobre a sua inserção no tema das matas ciliares e no esforço de campanha. Houve uma dinâmica de compartilhamento dos resultados das discussões em cada grupo com os demais, a título de informação e de coleta de su-

gestões, sem que um grupo tivesse de subordinar aos outros as suas conclusões. Os relatórios dessas conclusões foram acolhidos como anexos do documento final do encontro que, em uma página, reafirmou o objetivo geral de proteger e recuperar nascentes e matas ciliares, incorporando quatro propostas específicas, que resumiam necessidades e expectativas de cada segmento: respeito às terras indígenas e aos seus limites; geração de renda para os assentados da reforma agrária; redução dos custos de restauração florestal nas propriedades rurais; e provimento de serviços de saneamento básico nos municípios da região. A “Carta de Canarana” foi aprovada por aclamação e a única questão que foi submetida à votação foi o nome da campanha, tendo sido vencedora a proposta dos índios Kamaiurá: “Y Ikatu Xingu” – que significa “Água Boa no Xingu”.

Nos anos seguintes, a campanha desenvolveu-se em várias frentes, agregando parcerias e atraindo recursos para a região. O Ministério das Cidades realizou um diagnóstico da situação de saneamento básico em todos os municípios mato-grossenses com territórios na Bacia do Xingu. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) conseguiu recursos para implementar um projeto de pesquisa, em apoio à campanha. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) aprovou recursos para restauração florestal nos assentamentos. O Fundo Nacional do Meio Ambiente aprovou projetos de prefeituras e de outras instituições para o desenvolvimento de iniciativas de recuperação de matas ciliares.

A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a Agência Nacional de Águas (ANA), o Fórum das Organizações de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso (Formad), o Instituto Centro e Vida (ICV),

a Aliança da Terra e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), entre várias outras organizações governamentais e não governamentais atuantes na região, também participaram ativamente da mobilização. A música da campanha foi composta e gravada por uma dupla sertaneja de São José do Xingu.

Por sua vez, o ISA desenvolveu técnicas de restauração florestal apropriadas a cada tipo específico de propriedade ou de produtor rural, fundamentadas no uso intensivo de sementes de espécies florestais nativas. Nos lotes de assentamentos, foi difundido o uso da “muvuca” de sementes para o plantio de agroflorestas. Plantadeiras de soja e de capim foram reguladas para o plantio mecanizado de matas ciliares nas fazendas. Essas técnicas foram disseminadas por meio de publicações e de “dias de campo”. Somente com a assistência direta do ISA, existem experiências de restauração florestal em curso ou já realizadas em 160 propriedades rurais, com diversos tamanhos e culturas. Como resultado desse esforço inicial, até 2017 foram restaurados 5 mil hectares dentro e fora da Bacia do Xingu.

Legado

A criação da Rede de Sementes do Xingu, em 2007, foi o principal desdobramento e legado da Campanha ‘Y Ikatu Xingu. Ela reúne 450 coletores em 13 comunidades indígenas e 14 assentamentos da região, que já produziram 175 toneladas de 200 espécies florestais nativas, gerando uma renda de R\$ 2,5 milhões. As sementes são compradas por produtores rurais e empresas interessadas em restaurar matas ciliares. Eles podem fazer isso por meio das técnicas de uso intensivo de sementes a um terço do custo médio de restauração florestal pelo método tradicional de plantio de mudas.

Os agricultores reconhecem a eficiência e a qualidade dessas técnicas, que dependem da disponibilidade crescente de sementes oferecidas pela rede. Um belo exemplo de cooperação concreta entre diferentes segmentos sociais, com ganhos para todos.

O legado da campanha foi incorporado institucionalmente pelo Programa Xingu do ISA, sob a coordenação de André Villas-Bôas (atual secretário-executivo da organização), com equipe própria e sem prejuízo às atividades no PIX. Uma terceira equipe foi formada para atuar na região de Altamira (PA), no apoio às comunidades das reservas extrativistas da região conhecida como Terra do Meio.

Os produtores locais continuam valorizando a campanha, o trabalho do ISA e a Rede de Sementes, seja pela eficiência e pelo baixo custo da restauração florestal, seja pelos canais diretos de interlocução que se abriram nesse processo entre todos os atores regionais. Por outro lado, os supostos representantes do agronegócio em âmbito estadual e nacional – CNA, Famato, bancada ruralista – pouco aproveitaram da experiência. Não se opuseram à campanha, mas deletaram a sua memória ou, pelo menos, a sua participação. Os que, em seu nome, testemunharam aquele processo, com o passar dos anos, faleceram ou foram substituídos. Da parte desses representantes, o que sobrou foi uma agenda truculenta e predatória, que começou com a destruição da legislação florestal e agora pretende restringir direitos dos demais atores sociais do campo – índios, quilombolas, extrativistas, assentados e agricultores familiares – e viabilizar a expansão do agronegócio sobre esses territórios e outras terras públicas sem destinação oficial e sujeitas à grilagem.

A arrogância que cega

Mais de 200 deputados e alguns senadores integram a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), também conhecida como bancada ruralista. Seria maravilhoso se toda essa força política focasse a produção agropecuária, base da economia brasileira desde sempre e setor que mantém um desempenho vital diante da crise econômica que nos assola.

Porém os segmentos mais dinâmicos do agronegócio produzem, independentemente de bancadas ou de sindicatos patronais, e chegam a ser omissos na interlocução do setor com o conjunto da sociedade. Com isso, a FPA prioriza uma agenda descolada da produção propriamente dita e voltada a fazer avançar a ocupação predatória de novas áreas.

Uma simples consulta ao site dessa frente parlamentar já mostra a ênfase dada às chamadas situações de conflito. A desapropriação de terras para assentamentos, a demarcação de terras indígenas, a titulação de quilombos, a criação de unidades de conservação e a aplicação da legislação ambiental a propriedades rurais são temas malditos, que se inscrevem nesse paradigma do conflito. Outras questões também aparecem, como a anistia de dívidas previdenciárias rurais, a manuten-

ção de privilégios fiscais, a dispensa de rotulagem para produtos transgênicos e a liberação da venda de terras para empresas estrangeiras, que interessam a determinados proprietários de terra, mas não à agropecuária em si e, muito menos, ao resto da sociedade.

Depois de reformar o Código Florestal à sua imagem e semelhança, em 2012, com ampla anistia a desmatamentos passados e maior dificuldade de controle sobre os futuros, a bancada ruralista partiu para o ataque contra os direitos dos índios e dos quilombolas, promovendo uma emenda à Constituição, que ficou conhecida como PEC 215, para transferir do Poder Executivo ao Congresso Nacional a competência para definir os limites das terras a serem demarcadas como indígenas ou tituladas como quilombos.

O então presidente da Câmara dos Deputados (posteriormente preso), Henrique Eduardo Alves (PM-DB-RN), instalou uma comissão especial, com maioria ruralista, para emitir parecer sobre a PEC 215, tendo como relator o deputado ruralista Osmar Serraglio (PM-DB-PR), de tosca formação jurídica, que alegou inconstitucionalidade na demarcação de terras pelo Executivo e acrescentou dispositivos para promover o arrendamento das terras indígenas e para dispensar empreiteiros e mineradores da obrigação de consultar as comunidades indígenas afetadas por obras e minas. Serraglio depois ocuparia o Ministério da Justiça por 90 dias, no bizarro governo de Michel Temer.

Por anos, a PEC 215 foi usada pelos ruralistas como instrumento de chantagem, em especial no governo Dilma Rousseff, que reduziu drasticamente o ritmo da demarcação das terras indígenas, assim como a destinação de terras públicas para outras finalidades socioambientais. A partir de 2013, o movimento indígena, liderado

pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), promoveu grandes mobilizações contra a PEC e aprofundou alianças com outros movimentos sociais para denunciar a ameaça de rompimento unilateral do pacto construído na Assembleia Nacional Constituinte ao redor dos direitos originários dos índios sobre suas terras.

Apesar do empenho dos ruralistas, muitas objeções à PEC foram surgindo na medida em que o seu conteúdo ficava mais conhecido pelos deputados. Não eram apenas objeções de caráter ideológico dos que defendem os direitos indígenas. A transferência para o Congresso de uns 130 processos pendentes de demarcação de terras indígenas e de outros 1.500 de titulação de quilombos aumentaria de forma insuportável o grau de entropia já elevado que caracteriza o processo legislativo, o que é percebido por parlamentares experientes que sequer atuam nesses campos. Há até objeções de congressistas que temem o aumento da presença – para eles indesejável – de índios e negros no Congresso.

A bancada ruralista é forte, mas sua proposta tem muitas debilidades. Com relação às terras indígenas ela chega a ser obtusa, pois não subordinaria à vontade do Congresso mais de dois terços das terras, que já estão demarcadas, e nem a maior parte dos processos pendentes, que está judicializada. A aprovação da PEC transferiria a obrigação de solucionar conflitos para um Congresso desprovido dos instrumentos administrativos ou judiciais necessários.

Em maio de 2015, representei o ISA na abertura de uma exposição de fotos representativas da luta dos povos indígenas nos últimos 25 anos no Brasil, realizada no Senado Federal por proposta do senador João Alberto Capiberibe (PSB-AP). Após a cerimônia, numa conversa informal no seu gabinete, o senador me per-

guntou como avaliávamos as chances de aprovação da PEC 215 na Câmara. Disse-lhe que não costumamos subestimar a força dos nossos adversários, mas que eu achava muito difícil, relatando as objeções de diversas naturezas que estávamos identificando nas conversas com deputados.

No dia seguinte, o senador me telefonou para dizer que tinha sondado alguns senadores e constatado aquelas matizes de objeções que eu mencionei. Informou, também, que estava redigindo um documento de senadores contra a PEC com o objetivo de colher assinaturas e divulgar uma manifestação coletiva. Fiz sugestões pontuais para o texto e avaliamos como chegar ao apoio de 33 senadores, número correspondente ao montante de votos suficientes para barrar a PEC se ela chegasse ao Senado.

Na semana seguinte, ele telefonou de dentro do plenário para contar que o documento já tinha 40 assinaturas! Pediu para ir ao seu gabinete conversar sobre a divulgação do texto. Interessava muito conseguir pelo menos mais uma assinatura, que caracterizaria a maioria do Senado, que dispõe de 81 cadeiras. Capiberibe ligou para o Renan Calheiros (PMDB-AL), então presidente do Senado, e disse que tinha reservado a ele – presidente – a honra de constituir a maioria da casa em apoio ao documento. E o Renan também assinou.

Observamos, ainda, que senadores do PSDB estavam em reunião de bancada e ausentes da sessão em que as assinaturas foram coletadas. Procuramos o líder do partido, senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que agregou outras sete, alcançando 48 (60% do Senado). Poderíamos ir além, mas evitamos contatar senadores ausentes ou ruralistas assumidos.

No dia seguinte, na presença da Sônia Guajajara, da coordenação da Apib, e de outros representantes indígenas, de organizações de apoio e parlamentares, o documento foi divulgado, alcançando grande repercussão. Não me lembro de outro caso de proposição que tenha sido rejeitado enquanto ainda tramita na outra casa.

Os deputados ruralistas não acreditaram. Baixaram em bloco no Senado assim que souberam do documento. Partiram para cima do Renan Calheiros que, segundo eles, como presidente do Senado, não poderia detonar uma proposta que tramitava na Câmara. Renan respondeu, com a autoridade de ex-ministro da Justiça, que aquela proposta não tinha qualquer chance de prosperar no Senado e que tinha assinado o documento corroborando a posição da maioria.

Os deputados cobraram, então, Renan e outros senadores, para que apresentassem outra solução para o “problema”, acusando-os de omissão pela morosidade na tramitação no Senado de proposições a respeito do assunto. Então, Renan agilizou a tramitação de outra proposta de emenda constitucional que não afeta as demarcações, mas institui o direito de indenização aos portadores de títulos legítimos de propriedade incidentes em áreas em demarcação.

Vale registrar que essa PEC da indenização foi relatada pelo senador Blairo Maggi (PR-MT), ruralista insuspeito, também conhecido como “Rei da Soja”. Ponderado, Maggi adotou procedimento oposto ao dos ruralistas da Câmara, ouviu sugestões dos que defendem os direitos dos índios e aprovou a emenda por unanimidade no Senado. Ela está agora na Câmara e tem parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, mas os ruralistas protelam a sua aprovação final por desinteresse em soluções pactuadas.

Mesmo sabendo da sua inviabilidade, os ruralistas aprovaram a PEC 215 na comissão que estava sob o seu controle na Câmara. Enxertaram uma emenda que suprime a transferência das demarcações para o Congresso, preservando as outras maldades inseridas no texto. Ou seja, tramita outra emenda como se fosse ela e eles insistem em votar essa mula sem cabeça para tentar esconder a própria incompetência.

Independentemente do que ainda possa ocorrer com essa PEC, que continua em tramitação, o caso é exemplar de como é possível uma bancada gigantesca e poderosa isolar-se politicamente a esse ponto. Se a sua força fosse empenhada no apoio à produção agropecuária, ampliaria seus resultados. Mas quando foca na agenda negativa, de exclusão de direitos alheios, desmobiliza os próprios membros que não dependem dessa agenda predatória de fronteira, situação que se agrava com a arrogância que impede a percepção dos seus seguidores equívocos.



Fontes: Cambria e Frutiger.

1000 exemplares impressos em off-set na Gráfica Hawaii em dezembro de 2019.

Capa em papel Cartão Supremo Duo Design 250 g/m² e miolo em papel Polen Soft 80 g/m² e Polen Bold 90 g/m².





Claudio Tavares/ISA

Márcio José Brando Santilli nasceu em São Paulo (SP), em 1955. Formou-se em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Assis, em 1976. Foi deputado federal pelo PMDB-SP, entre 1983 e 1987, quando foi membro das comissões do Índio e de Relações Exteriores da Câmara. Participou ativamente da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), como assessor do movimento indígena e, em seguida, ajudou a criar e a manter o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) (1988-1994). Em 1994, foi um dos fundadores do Instituto Socioambiental (ISA). Foi presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), entre setembro de 1995 e março de 1996. Em 2003, junto com pesquisadores de renome internacional, foi autor da proposta para remunerar países que conseguissem reduzir o desmatamento de suas florestas tropicais, mais tarde incorporada às discussões internacionais sobre mudanças climáticas. Em 2009, foi agraciado com o prêmio de Herói do Meio Ambiente da revista Time. Ao longo de sua carreira, também fez trabalhos para instituições como Ministério do Meio Ambiente (MMA), Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Comissão Pró-Yanomami (CCPY) e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). No ISA, foi secretário executivo, coordenador do Programa de Política e Direito Socioambiental (PPDS) e da campanha 'Y Ikatu Xingu, em defesa das nascentes e matas ciliares do Rio Xingu em Mato Grosso. Segue na equipe do instituto. Além de dezenas de artigos e capítulos de livros, publicou Os brasileiros e os índios, pela Editora do Senac, em 2000.



Yanomami e a bandeira do Brasil. Símbolo da campanha pelos direitos indígenas na Constituinte (1986/1988).

Claudia Andujar

Os últimos 40 anos foram especialmente importantes para o conhecimento e o reconhecimento do Brasil como país megadiverso, pela exuberância da sua natureza, tão importante para um mundo em crise climática, mas, sobretudo, pela diversidade das suas gentes. **"Subvertendo a gramática e outras crônicas socioambientais"** reúne os registros de um ativista sobre algumas histórias emblemáticas desse período.

ISBN: 978-85-8026-077-7



9 788582 260777